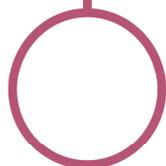
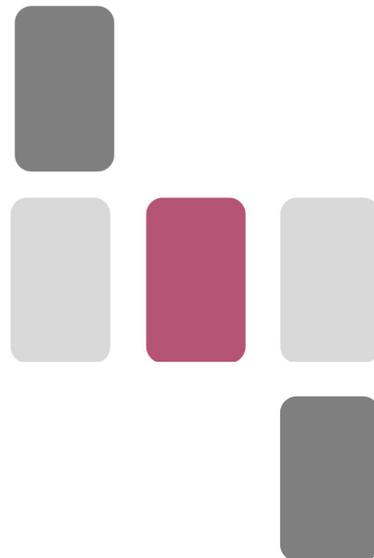




PRRN  
Programa para a  
**Rede Rural**  
Nacional



## Relatório de Execução 2012

## ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	7
1 ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS.....	10
1.1 MODELO DE GOVERNAÇÃO.....	10
1.2 ALTERAÇÕES AO PROGRAMA.....	11
2 FUNCIONAMENTO E ATIVIDADES DA REDE RURAL NACIONAL.....	12
3 ESTADO DE REALIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO.....	30
3.1 PERÍODOS DE CANDIDATURA E CONCURSOS ABERTOS.....	30
3.2 CANDIDATURAS ENTRADAS E INVESTIMENTO PROPOSTO.....	31
3.3 ANÁLISE, APROVAÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO.....	33
3.4 BALANÇO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO.....	35
3.4.1 ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 – CAPITALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA E DO CONHECIMENTO.....	35
3.4.2 ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 – FACILITAÇÃO DA COOPERAÇÃO.....	38
3.4.3 ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 – OBSERVAÇÃO DO MUNDO RURAL.....	41
3.4.4 ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 – FACILITAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO.....	44
3.4.5 ÁREA DE INTERVENÇÃO 5 – FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DO PROGRAMA.....	48
3.4.6 ÁREAS DE INTERVENÇÃO – INDICADORES DE REALIZAÇÃO.....	49
4 ESTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA.....	51
4.1 EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA.....	51
4.2 FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA.....	54
5 MEDIDAS ADOTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO.....	55
5.1 MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	55
5.1.1 ACOMPANHAMENTO.....	55
5.1.2 AVALIAÇÃO.....	56
5.2 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	57
5.3 SISTEMAS DE CONTROLO.....	59
5.4 PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES VERIFICADOS NA GESTÃO DO PROGRAMA.....	59
5.5 EXAME ANUAL DO PROGRAMA.....	60
5.6 REUNIÃO DO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO.....	61
5.7 MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR QUE O PROGRAMA É OBJETO DE PUBLICIDADE.....	63
5.7.1 SITE DO PRRN.....	63
5.7.2 CONTACT CENTER.....	65
5.7.3 BOAS PRÁTICAS DA DIVULGAÇÃO DO PRRN.....	67
5.7.4 COMUNICAÇÃO INTERNA.....	68
6 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS POLITICAS COMUNITÁRIAS.....	69
6.1 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONCORRÊNCIA.....	69
6.2 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	69
6.3 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À PROTEÇÃO E MELHORIA DO AMBIENTE.....	69
6.4 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À IGUALDADE ENTRE OS GÉNEROS E À NÃO DISCRIMINAÇÃO.....	70
7 REUTILIZAÇÃO DOS MONTANTES RECUPERADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 33º DO REGULAMENTO (CE) Nº 1.290/2005.....	71
ANEXO – LISTA DE PROJETOS APOIADOS PELO PRRN A 31-12-2012.....	72

## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1:	DOTAÇÃO GLOBAL DO PRRN APÓS ALTERAÇÃO FINANCEIRA.....	11
QUADRO 2:	CONCURSOS E PERÍODOS ABERTOS A 31-12-2012.....	30
QUADRO 3:	PA ENTRADOS A 31-12-2012.....	31
QUADRO 4:	PROCESSO DE CONTRATAÇÃO (EM 2012).....	34
QUADRO 5:	PROCESSO DE CONTRATAÇÃO (A 31-12-2012).....	35
QUADRO 6:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS A 31-12-2012.....	36
QUADRO 7:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 - PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR A 31-12-2012.....	36
QUADRO 8:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 - PA CONTRATADOS POR AÇÕES / ATIVIDADES A 31-12-2012.....	38
QUADRO 9:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS A 31-12-2012.....	39
QUADRO 10:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 - PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR A 31-12-2012.....	39
QUADRO 11:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 - PA CONTRATADOS POR AÇÕES / ATIVIDADES A 31-12-2012.....	41
QUADRO 12:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS A 31-12-2012.....	42
QUADRO 13:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 - PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR A 31-12-2012.....	42
QUADRO 14:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 - PA CONTRATADOS POR AÇÕES / ATIVIDADES A 31-12-2012.....	44
QUADRO 15:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS A 31-12-2012.....	45
QUADRO 16:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 - PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR A 31-12-2012.....	46
QUADRO 17:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 - PA CONTRATADOS POR AÇÕES / ATIVIDADES A 31-12-2012.....	47
QUADRO 18:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS A 31-12-2012.....	48
QUADRO 19:	ÁREAS DE INTERVENÇÃO - INDICADORES DE REALIZAÇÃO A 31-12-2012.....	49
QUADRO 20:	EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PRRN.....	51
QUADRO 21:	CUMPRIMENTO DA REGRA N+2.....	51
QUADRO 22:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO 2008-2012 (POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO).....	53
QUADRO 23:	FLUXOS FINANCEIROS COM A COM.....	54
QUADRO 24:	PEDIDOS DE PAGAMENTO INTERMÉDIOS E REEMBOLSOS DA COM.....	54
QUADRO 25:	PUBLICIDADE - INDICADORES <i>SITE</i> EM 2012.....	65
QUADRO 26:	PUBLICIDADE - INDICADORES CORREIO ELETRÓNICO EM 2012.....	66
QUADRO 27:	PUBLICIDADE - INDICADORES LINHA VERDE EM 2012.....	67
QUADRO 28:	RECUPERAÇÕES - BASE DE DADOS DE DEVEDORES A 31-12-2012.....	71

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1:	DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO Nº DE PA ENTRADOS E % DO INVESTIMENTO.....	32
FIGURA 2:	SITUAÇÃO DAS CANDIDATURAS A 31-12-2012.....	33
FIGURA 3:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DP PAGA A 31-12-2012.....	37
FIGURA 4:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DP PAGA A 31-12-2012.....	40
FIGURA 5:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DP PAGA A 31-12-2012.....	43
FIGURA 6:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DP PAGA A 31-12-2012.....	46
FIGURA 7:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DP DOS PA PAGOS A 31-12-2012.....	49
FIGURA 8:	PUBLICIDADE - NOVA <i>HOME PAGE</i> DO PRRN.....	64
FIGURA 9:	PUBLICIDADE - CONTEÚDOS MAIS VISITADOS NO <i>SITE</i> EM 2012.....	65
FIGURA 10:	PUBLICIDADE - SESSÃO DE DIVULGAÇÃO.....	67

## ÍNDICE DAS ATIVIDADES

### **AI1 - CAPITALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA E DO CONHECIMENTO**

- 1.1 Elaboração do quadro de prioridades, segundo áreas temáticas;
- 1.2 Promover a identificação, a análise e a difusão de boas práticas e novos conhecimentos que respondam às necessidades dos agentes e a criação e gestão de uma base de dados específica para o efeito;
- 1.3 Promover o acompanhamento da integração de boas práticas transferidas no desempenho dos agentes de desenvolvimento rural;
- 1.4 Promover ações de formação para novos GAL aproveitando a experiência e o conhecimento adquiridos no âmbito das Iniciativas LEADER.

### **AI2 - FACILITAÇÃO DA COOPERAÇÃO**

- 2.1 Identificar os fatores que têm obstado à prática da cooperação, nomeadamente no âmbito da experiência LEADER e estabelecer o quadro de necessidades para aumentar e melhorar a prática de cooperação;
- 2.2 Formar técnicos e públicos-alvo interessados na cooperação e providenciar assistência técnica no âmbito da elaboração de estratégias de cooperação;
- 2.3 Elaborar manual de boas práticas para a cooperação;
- 2.4 Promover ideias/intenções de cooperação, facilitar o encontro entre interessados na cooperação e divulgar boas práticas nomeadamente através de seminários com participação dos GAL.

### **AI3 - OBSERVAÇÃO DO MUNDO RURAL E DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

- 3.1 Estabelecer e alimentar uma matriz de indicadores que contribua para a identificação dos efeitos das políticas sobre o mundo rural e para facilitar o processo de avaliação do Plano de Desenvolvimento Rural e dos Programas de Desenvolvimento Rural;
- 3.2 Criar grupo temático para aprofundamento metodológico no âmbito do quadro comum de acompanhamento e avaliação, associado à tipificação e qualidade dos indicadores e apuramento dos seus resultados;

- 3.3 Constituir base de dados e produzir estudos, relatórios, análises temáticas e territoriais sobre a evolução da situação de contexto e os efeitos das políticas no mundo rural;
- 3.4 Produzir a informação necessária para avaliação do Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural;
- 3.5 Avaliação do Programa da Rede Rural Nacional.

#### **A14 - FACILITAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO**

- 4.1 Elaborar quadro de prioridades em matéria de informação e de canais de comunicação;
- 4.2 Criar e manter o sítio da Rede Rural e outros meios de comunicação que venham a ser considerados adequados ao funcionamento da RR;
- 4.3 Tratar conteúdos e respetiva divulgação.

#### **A15 – FUNCIONAMENTO DA REDE RURAL**

- 5.1 Articular e coordenar com a RRE e com as Redes Nacionais dos restantes Estados Membros;
- 5.2 Animar e coordenar, a nível nacional, a atividade da Rede prevista no Plano de Ação;
- 5.3 Elaborar e implementar o plano de comunicação e de publicitação da RR.

## SIGLAS E ACRÓNIMOS

<b>AG:</b>	AUTORIDADE DE GESTÃO
<b>AI:</b>	ÁREA DE INTERVENÇÃO
<b>ARR:</b>	ASSEMBLEIAS RURAIS REGIONAIS
<b>CAP:</b>	CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL
<b>CC:</b>	CONSELHO DE COORDENAÇÃO
<b>CNA:</b>	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA
<b>CNRRN:</b>	COORDENADOR NACIONAL DA REDE RURAL NACIONAL
<b>DGADR:</b>	DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL
<b>DR:</b>	DESENVOLVIMENTO RURAL
<b>DRACA:</b>	DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA AGRICULTURA (AÇORES)
<b>DRADR:</b>	DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (MADEIRA)
<b>DRAP:</b>	DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS
<b>EM:</b>	ESTADO-MEMBRO
<b>ETA:</b>	ESTRUTURA TÉCNICA DE ANIMAÇÃO
<b>FEADER:</b>	FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
<b>FG:</b>	FOCUS GROUP
<b>FIO:</b>	FICHA INDIVIDUAL DA OPERAÇÃO
<b>FMT:</b>	FEDERAÇÃO MINHA TERRA
<b>GAL:</b>	GRUPOS DE AÇÃO LOCAL
<b>GEVPAL:</b>	GRUPO DE TRABALHO COM VISTA À PREPARAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE ESTRATÉGIA PARA A VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA LOCAL
<b>GPP:</b>	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICAS
<b>GTT:</b>	GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICO
<b>IFAP:</b>	INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS, IP
<b>IGAMAOT:</b>	INSPEÇÃO-GERAL DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
<b>IGF:</b>	INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS
<b>LEADER:</b>	LIGAÇÃO ENTRE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA RURAL
<b>LVT:</b>	LISBOA E VALE DO TEJO
<b>MAMAOT:</b>	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
<b>OP:</b>	ORGANISMO PAGADOR
<b>PA:</b>	PEDIDOS DE APOIO
<b>PAC:</b>	POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM
<b>PDR:</b>	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
<b>PEI:</b>	PARCERIA EUROPEIA DE INOVAÇÃO
<b>PF:</b>	PONTOS FOCAIS

- PREMAC:** PLANO DE REDUÇÃO E MELHORIA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
- PRODeR:** PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE
- PRRN:** PROGRAMA PARA A REDE RURAL NACIONAL
- QCCA:** QUADRO COMUM DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO
- RAA:** REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
- RAM:** REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
- READR:** REDE EUROPEIA DE AVALIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
- REDR:** REDE EUROPEIA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
- RRN:** REDE RURAL NACIONAL
- SFC:** REGIME DE GESTÃO DOS FUNDOS NA COMUNIDADE EUROPEIA 2007-2013
- SIIFAP:** SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO IFAP
- SIProDeR:** SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO
- SRARN:** SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
- UC-ETA:** UNIDADE CENTRAL DA ESTRUTURA TÉCNICA DE ANIMAÇÃO

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O Programa para a Rede Rural Nacional (PRRN) foi aprovado em dezembro de 2008, pela Decisão C(2008) 7840 da Comissão Europeia e inclui um conjunto de apoios financiados pelo FEADER, com o objetivo de assegurar o funcionamento da Rede Rural Nacional (RRN) e das atividades previstas no seu Plano de Ação.

2. Em 2012, no âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), teve lugar a integração do PRRN na Autoridade de Gestão (AG) do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (ProDeR) e à extinção da AG do PRRN.

Esta fusão de estruturas foi implementada pelo Decreto-Lei n.º 62/2012, de 14 de março, que alterou o Decreto-Lei n.º 2/2008, de 4 de janeiro, passando a Autoridade de Gestão a ser designada como AG do ProDeR e do PRRN, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2012.

3. Em fevereiro foi apresentada uma proposta de reprogramação do PRRN, tendo a mesma sido aprovada pela Comissão Europeia em março, através da Decisão C(2012) 2063.

Esta reprogramação, de natureza exclusivamente financeira, decorreu do incumprimento da regra n+2 em 2011 e dos problemas de liquidez resultantes dos condicionalismos orçamentais que Portugal atravessa devido à crise económica e financeira, dificultando a sua capacidade de assegurar a contrapartida nacional, e que motivaram um pedido de alteração da taxa de cofinanciamento de 50% para 85%.

A alteração do plano financeiro por incumprimento da regra n+2 implicou uma redução de 2.033 mil euros de Fundo, passando a dotação FEADER do PRRN de 11.369 mil euros para 9.336 mil euros.

Acresce a esta redução a alteração da taxa de contribuição do FEADER de 50% para 85%, que resultou na passagem da comparticipação total do Estado Português de um valor de 9.336 mil euros, já após aplicação da redução por incumprimento da regra n+2, para 2.394 mil euros, o que conduziu a uma redução da despesa pública total de 22.737 mil euros para 11.730 mil euros.

4. Na sequência da integração do PRRN na AG do ProDeR, procedeu-se à alteração do Regulamento de aplicação das Áreas de Intervenção «Capitalização da experiência e do conhecimento», «Facilitação da cooperação», «Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural» e «Facilitação do acesso à informação», vertendo no PRRN as regras de simplificação e flexibilização já anteriormente instituídas com resultados positivos no ProDeR.

5. Em 2012 todos os PA entrados encontravam-se já analisados, não tendo sido apresentadas novas candidaturas. Tal deveu-se, essencialmente, a estar já concluída a análise das candidaturas respeitantes aos concursos de 2011 das Áreas de Intervenção 2 e 3 e à decisão de cancelamento do concurso da Área de Intervenção 4, decisão decorrente do elevado *overbooking* da taxa de compromissos do Programa que, em consequência da reprogramação financeira de que foi objeto, ficou em 118%.

6. Relativamente ao processo de contratação em 2012, procurou-se garantir a sua conclusão, tendo sido contratados 60 PA no valor de 3.935 mil euros de despesa pública e 1.967 mil euros de Fundo, dos quais 40% pertencem à Área de Intervenção 1 e representam um investimento de 1.423 mil euros e um cofinanciamento FEADER de 711 mil euros. Segue-se a Área de Intervenção 3 com 30% dos PA contratados, a Área de Intervenção 2 com 25% e, por último, com apenas 5% situa-se a Área de Intervenção 5. Na Área de Intervenção 4 não se verificaram novas contratações no ano em apreço, devido ao já referido cancelamento do concurso de 2011.

7. A necessidade do cumprimento da regra n+2 em 2012, aliada a uma muito baixa taxa de execução do PRRN no fim de 2011, obrigaram a gestão a centrar prioritariamente a sua atenção neste objetivo, o que se traduziu num acompanhamento muito estreito da evolução da sua execução e identificação de eventuais estrangulamentos existentes.

Nesta sequência, a execução financeira em 2012 correspondeu a 3.892 mil euros de despesa pública total e 3.374 mil euros de comparticipação FEADER. Esta execução corresponde ao dobro da dotação FEADER programada para o ano (1.696 mil euros), tendo permitido cumprir e ultrapassar com folga a meta necessária para o cumprimento da regra n+2.

Em termos acumulados, a taxa de execução atingiu os 46% da dotação de Fundo programada para o período 2008-2013, correspondendo a um aumento de 38% face ao ano anterior. Este resultado evidencia não só o enorme esforço feito pela gestão do Programa, mas também a imprescindível colaboração dos beneficiários que corresponderam em força ao apelo da AG no sentido de executarem com a máxima celeridade os seus PA.

8. Relativamente ao sistema de informação de suporte ao PRRN, manteve-se a utilização do sistema informático do IFAP para análise a alteração das candidaturas. No entanto, durante o ano de 2012, foi necessário criar um conjunto de ferramentas para melhorar o acompanhamento do Programa, tendo estas ferramentas sido desenvolvidas no SIPRODER.

9. Quando à Estratégia de Comunicação, optou-se pela manutenção da já existente, adaptando-a sim à dinâmica comunicacional já seguida pelo ProDeR. Assim, foi estabelecida, desde logo, uma interligação entre o PRN e o ProDeR em todas as multiplataformas comunicacionais utilizadas, prática que se revelou amplificadora das mensagens e um meio muito eficaz de transmissão da informação. A comunicação PRN foi assim redesenhada à escala do Programa e dos seus principais interessados.

Entendido como o eixo mais imediato da comunicação deste Programa com os seus públicos-alvo, a reformulação do portal do PRN constituiu uma tarefa prioritária para a AG. Assim, foi concebido e desenvolvido um novo portal, meio privilegiado de divulgação e informação sobre o Programa.

10.No que respeita às atividades desenvolvidas pela RRN, estas centraram-se essencialmente na dinamização de atividades previstas, na promoção do acesso e disseminação de informação, na promoção do conhecimento e sua difusão e no apoio à cooperação LEADER.

Foi assegurado o regular funcionamento dos órgãos da RRN, a participação dos membros nas suas atividades, a articulação com a rede europeia e as dos outros Estados-membros e dinamizada a elaboração do Plano de Atividades da Rede.

Desenvolveram-se ações de informação e publicidade, no âmbito do estabelecido no plano de comunicação, que tiveram como destinatários os próprios membros da RRN, os agentes do desenvolvimento rural e o público em geral.

Foram ainda criados Grupos de Trabalho Temáticos (GTT), constituídos por um número diversificado e limitado de membros, coordenados por peritos e dispendo do apoio técnico da Estrutura Técnica de Animação (ETA) e apoiada a constituição de parcerias no âmbito da Cooperação LEADER, divulgando as informações de oferta e procura de parceiros a nível nacional e transnacional.

## 1 ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS

### 1.1 MODELO DE GOVERNAÇÃO

O Decreto-Lei n.º 2/2008, de 4 de janeiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 66/2009, de 20 de março, e 69/2010, de 16 de junho, definiu o modelo de governação dos instrumentos de programação do desenvolvimento rural para o período de 2007 a 2013, financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), e estabeleceu a estrutura orgânica relativa ao exercício das respetivas funções de gestão, controlo, informação, acompanhamento e avaliação, nos termos dos regulamentos comunitários aplicáveis.

No âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), para tornar eficiente e racional a utilização dos recursos públicos e cumprir os objetivos de redução da despesa pública, o Governo implementou várias medidas, no sentido de eliminar redundâncias e reduzir substancialmente os custos de funcionamento do Estado.

Neste sentido, e em consonância com a reestruturação operada no Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT), procedeu-se à integração do Programa para a Rede Rural Nacional (PRRN) na Autoridade de Gestão (AG) do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER) e à extinção da AG PRRN. A integração numa única estrutura de missão destes dois Programas considerou-se uma opção natural, na medida em que ambos apresentam características de transversalidade comuns a diversos sectores da governação, das quais resulta uma relação direta que impõe um tratamento coerente e conjunto no plano legislativo, institucional e orgânico.

Esta fusão de estruturas foi implementada pelo Decreto-Lei n.º 62/2012, de 14 de março, que alterou o Decreto-Lei n.º 2/2008, de 4 de janeiro, passando a Autoridade de Gestão a ser designada como AG do PRODER e do PRRN, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2012.

A referida integração do PRRN na AG do PRODER e do PRRN, justificou a alteração do Regulamento de aplicação do Programa para as áreas de intervenção «Capitalização da experiência e do conhecimento», «Facilitação da cooperação», «Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural» e «Facilitação do acesso à informação».

Assim, a Portaria n.º 201/2012, de 2 de julho, alterou a Portaria n.º 501/2010, de 16 de julho, que aprovou o Regulamento de aplicação do PRRN, vertendo as regras de simplificação e flexibilização instituídas no PRODER, de modo a uniformizar a regulamentação dos dois Programas e adaptar o PRRN ao novo modelo de governação.

## 1.2 ALTERAÇÕES AO PROGRAMA

Em fevereiro de 2012 foi apresentada uma proposta de reprogramação do PRN, tendo a mesma sido aceite pela Comissão Europeia a 27 de março de 2012 - Decisão C (2012) 2063.

Esta proposta de alteração de natureza exclusivamente financeira decorreu, por um lado, do atraso na implementação do Programa que levou ao não cumprimento da regra n+2 em 2011 e, por outro lado, das fortes restrições no financiamento público da contrapartida nacional pelo Estado Português, que motivaram um pedido de alteração da taxa de cofinanciamento de 50% para 85%.

A alteração do plano financeiro por anulação automática da autorização orçamental decorre do estabelecido no artigo 29.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005, do Conselho, de 21 de junho, e implicou uma alteração do plano financeiro do PRN - anulação de 2.033 mil euros de Fundo, passando a dotação FEADER de 11.369 mil euros para 9.336 mil euros.

Acresce a esta modificação na dotação financeira do Programa a proposta de alteração da taxa de contribuição do FEADER de 50% para 85% das despesas públicas elegíveis, tal como previsto no Regulamento (CE) n.º 1312/2011 de 19 de Dezembro. Esta proposta resultou dos problemas de liquidez resultantes dos condicionalismos orçamentais que Portugal, tal como outros Estados-membros (EM), atravessa devido à crise económica e financeira. Assim, e com a alteração da taxa de contribuição do FEADER para os 85% até ao final de 2013, a comparticipação total do Estado Português passou de um valor de 9.336 mil euros, já após aplicação da alteração que resultou da anulação automática, para 2.394 mil euros, o que implicou que a despesa pública total passasse de 22.737 mil euros para 11.730 mil euros.

Esta proposta de alteração encontra-se refletida no quadro seguinte.

**Quadro 1: Dotação global do PRN após alteração financeira**

Un: mil euros

TIPOLOGIA DA DESPESA DA REDE RURAL	Despesa pública	Contributo FEADER	%
Plano de Ação da RR Implementação, execução e avaliação da RR	9.054	7.397	79%
Gestão da estrutura da RR	2.676	1.938	21%
<b>TOTAL</b>	<b>11.730</b>	<b>9.336</b>	<b>100%</b>

## 2 FUNCIONAMENTO E ATIVIDADES DA REDE RURAL NACIONAL

O funcionamento da Rede Rural Nacional (RRN) é promovido pela Estrutura Técnica de Animação (ETA), cujo Relatório de Atividades se apresenta de seguida:

### RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012 DA ESTRUTURA TÉCNICA DE ANIMAÇÃO DA REDE RURAL NACIONAL

Durante o ano de 2012 ocorreram alterações orgânicas ao nível do MAMAOT/ DGADR e DRAP que tiveram implicações ao nível da composição da ETA da RRN.

- ❖ No âmbito da implementação do PREMAG, o PRRN e o PRODER passaram a partilhar uma AG única a partir 1 de fevereiro de 2012 (Decreto-Lei n.º 62/2012). A coordenação da RRN manteve-se na dependência da Direção-geral de Agricultura e do Desenvolvimento Rural (DGADR), conforme estabelecido no Despacho n.º 10.599/2010. A Unidade Central da ETA (UC-ETA) da RRN foi integrada numa Direção de Serviços da DGADR e os Pontos Focais (PF) da ETA continuaram integrados nas Secretarias Regionais das Regiões Autónomas e das Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), onde ocorreram alterações ao nível dos seus representantes.
- ❖ Em outubro foi publicada a Portaria n.º 303/2012, do Ministério das Finanças e do MAMAOT, que fixou a estrutura nuclear da DGADR, organismo junto do qual funciona a RRN.

Mantém-se em vigor o Despacho n.º 10.599/2010, de 16 de junho, que estabelece as condições de implementação e as regras de funcionamento da RRN, e determina que a ETA tem designadamente as seguintes atribuições gerais:

- ❖ Articular com a Rede Europeia para o Desenvolvimento Rural (REDR), com as RRN dos outros Estados-membros (EM) e outros parceiros internacionais;
- ❖ Criar condições para a participação organizada dos membros da RRN nas suas atividades;
- ❖ Dinamizar e executar as atividades da responsabilidade da ETA, previstas no plano de atividades;
- ❖ Elaborar e acompanhar a execução do plano de ação e o plano de atividades da RRN;

- ❖ Operacionalizar a estratégia de informação e comunicação da RRN;
- ❖ Promover a assistência técnica à cooperação LEADER para o desenvolvimento.

O Relatório de Atividades da ETA relativo ao ano de 2012 estrutura-se nos seguintes eixos:

- I.** Dinamizar as atividades da RRN
- II.** Promover o acesso e a disseminação de informação
- III.** Promover o conhecimento e a sua difusão
- IV.** Apoiar a cooperação LEADER

O presente relatório integra os contributos dos PF Regionais do Norte, Centro, LVT, Alentejo e da Região Autónoma dos Açores.

## **I - DINAMIZAR AS ATIVIDADES DA RRN**

A ETA tem como responsabilidade garantir a criação de condições para o funcionamento da RRN.

Em 2012, foi assegurado o regular funcionamento dos órgãos da RRN, a participação ativa dos membros nas suas atividades, a articulação com as redes europeia e dos outros EM e dinamizada a elaboração do Plano de Atividades da Rede.

De forma a assegurar estas condições, realizaram-se as seguintes atividades:

### **A - ORGANIZAR E DINAMIZAR O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E ESTRUTURAS DA RRN**

A ETA garantiu o apoio técnico e logístico ao funcionamento dos órgãos e estruturas da RRN.

<b>Normas e procedimentos para admissão de Membros da RRN</b>	Receção, análise e decisão sobre a admissão de novos membros
<b>Reunir os órgãos da RRN</b>	<b>Articulação entre a UC-ETA e PF (por correio-electrónico) para:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preparação do Plano de Atividades da RRN 2012;</li> <li>• Discussão das atividades da ETA;</li> <li>• Troca de documentação técnica;</li> <li>• Difusão de documentação técnica enviada pela coordenação, pelos membros da Assembleias Rurais Regionais (ARR).</li> </ul>
	<b>Realizada consulta escrita ao Conselho de Coordenação (CC) para:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação e análise do Plano de Atividades de 2012.</li> </ul>
	<b>Participação da ETA na reunião do Comité de Acompanhamento do PRRN:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação na reunião e preparados documentos técnicos de apoio à reunião (junho).</li> </ul>
	<b>Consultados os membros das Assembleias Rurais Regionais:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preparação do Plano de Atividades da RRN 2012 (definição das áreas temáticas prioritárias).</li> </ul>
<b>Financiamento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em 2012, foi prosseguida a execução das candidaturas apresentadas ao PRRN;</li> <li>• Elaborada proposta de orçamento 2013;</li> <li>• Auditoria do Tribunal de Contas: Preparada resposta (UC-ETA e PF Regionais) ao TC relativa à auditoria ao funcionamento, equipa e atividades da ETA e PF da RRN. Resposta a inquérito e envio de documentação para evidência das atividades/tarefas desenvolvidas.</li> </ul>
<b>Aquisição de equipamento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de equipamento audiovisual de apoio à realização de reuniões: ajuste direto n.º 2.192 /2012 - Aquisição e instalação de sistema integrado de quadro interativo e vídeo-projetor;</li> <li>• Aquisição de equipamento informático para apoio ao funcionamento da ETA (Acordo Quadro no âmbito da Agência Nacional de Compras Públicas);</li> <li>• Aquisição de 2 máquinas fotográficas, tendo em vista a construção de uma base de ficheiros fotográficos, a alojar no Centro de Recursos da RRN, para apoio das atividades de divulgação de informação: ajuste Direto nº 2.189/2012.</li> </ul>

## B - ORGANIZAR ENCONTROS DA REDE RURAL NACIONAL

Para promover a participação e a partilha de informação, ideias, experiências e propostas entre os membros da RRN, procurou-se realizar o encontro de membros da RRN, criando um espaço de conhecimento direto entre membros da RRN e permitindo debater um tema específico.

Estes encontros entre membros da RRN constituem também um momento privilegiado para a troca de ideias, facilitando a constituição de parcerias e o surgimento de novos projetos.

<p><b>Organizar o encontro da RRN</b></p>	<p>A ETA organizou (em colaboração) 2 seminários temáticos que foram divulgados entre os membros da rede, proporcionando oportunidade de encontro:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Seminário «Desafios para o Turismo em Meio Rural», realizado em Pinhal Novo, a 7 de novembro de 2012.</li> <li>• Seminário «LEADER e Desenvolvimento Promovido pelas Comunidades Locais na Programação 2014-2020», realizado em Lisboa, a 29 de novembro de 2012 .</li> </ul> <p>Foram promovidas, utilizando os meios tecnológicos ao dispor de todos os membros (e-mails), algumas discussões sobre diferentes temáticas relacionadas com o Desenvolvimento Rural (DR), embora com participação reduzida nalguns casos.</p>
---	---

### C - BOLSA DE INICIATIVAS DA REDE

Com o objetivo de facilitar a constituição de parcerias, foi criada em 2011 uma Bolsa de Iniciativas, disponível no sítio da RRN, permitindo que potenciais promotores pudessem dar a conhecer a sua ideia de projeto, procurar parceiros ou propor a sua participação em projetos. Esta Bolsa esteve aberta entre maio e agosto de 2011 e nela foram inscritas um conjunto de propostas de iniciativas/ideias de projetos. Desde essa data encontra-se inativa, estando a informação disponível no sítio da RRN como forma de divulgação.

<p><b>Divulgar Bolsa de Iniciativas da Rede</b></p>	<p>Disponibilizada informação da Bolsa de Iniciativas no sítio da RRN.</p>
---	--

### D - PARTICIPAR EM ATIVIDADES AO NÍVEL DA EU (REDR, RR DE EM, DG AGRI, ...) <sup>1</sup>

A ETA tem a responsabilidade de participar nas reuniões e eventos promovidos pela REDR ou RRN dos outros EM, garantindo a divulgação dos documentos e das decisões de interesse para os membros e órgãos da RRN.

<sup>1</sup> Nota: As participações em Grupos de Trabalho e Focus Group (FG) estão indicadas no ponto III-G.

**Reuniões de trabalho**

- Participação em 2 encontros das RRN dos EM (14.ª em fevereiro, na Grécia; e 16.ª em outubro, em Chipre).
  - Acompanhamento da 9.ª e participação na 10.ª reunião do Comité de Coordenação da REDR (junho e dezembro).
  - Participação em 2 reuniões do Subcomité LEADER (maio e novembro).
  - Participação na Conferência «Agricultura local e cadeias curtas de abastecimento alimentar», realizada por iniciativa conjunta dos Comissários Europeus para a Agricultura e Desenvolvimento Rural e para a Saúde e Defesa do Consumidor (abril).
  - Participação no Evento «Local Development Strategies and Co-operation: Key Approaches to Local Development», organizado pela REDR (abril).
  - Participação no Workshop sobre «Community-Led Local Development» (junho).
  - Participação na 1.ª e na 2.ª reunião do Cluster Macrorregional de RRN do Mediterrâneo (fevereiro e outubro, associadas a reuniões das RRN dos EM).
  - Participação no Workshop sobre «Future of rural networking», organizado pelo Comité de Coordenação da REDR (outubro).
  - Participação no evento «Open days Europe's Regions and Cities: Making a difference» organizado pelo Comité das Regiões e DG-AGRI com a colaboração da REDR (outubro).
  - Participação no Workshop sobre «Instrumentos Financeiros», organizado pelo Comité de Coordenação da REDR (outubro).
  - Participação no Seminário «Successful Programming», organizado pela REDR (dezembro, associado à reunião do Comité de Coordenação).
  - Colaboração com a REDR/RRN de EM em todas as solicitações de informação, organização e participação em eventos (artigo sobre RRN na revista da RR Austríaca; referências à atividade da RRN e Focus Group 4 - FG4, em publicações da REDR).
  - Resposta a solicitações da REDR, nomeadamente: histórias de sucesso do trabalho em rede; atividades no âmbito da RRN – estatísticas das atividades efetuadas pelos membros da RRN; informações acerca do perfil e das atividades desenvolvidas pela UC-ETA e PF; informações prestadas acerca de diversos projetos de cooperação; acompanhamento e apoio logístico na filmagem do vídeo acerca de projetos de cooperação transnacional – Zethoven; resposta a questões colocadas pela RRN da Roménia acerca do funcionamento da Medida da Cooperação em Portugal; informação sobre ferramentas de comunicação da RRN portuguesa.
  - Colaboração na organização de uma visita de um grupo da Finlândia ao GAL SOL DO AVE, a pedido da RRN da Finlândia.
  - Organização e acompanhamento de um grupo da Estónia (parceiros de um GAL), a pedido da RRN da Estónia, incluindo reuniões com GAL do Alentejo, com experiência em empreendedorismo (outubro).
- Divulgados os documentos e conclusões resultantes das reuniões e contactos.

A ETA promoveu encontros de trabalho e desenvolveu contactos com vários organismos responsáveis pela conceção e aplicação da política de desenvolvimento rural, com o objetivo de identificar e desenvolver complementaridades de atuação a nível de aplicação das medidas de política e ampliar os seus efeitos.

<b>Reuniões de trabalho / contactos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvidos contactos com AG PRRN para articulação funcional.</li> <li>• Pareceres da RRN sobre proposta de regulamento de apoio ao desenvolvimento rural (coordenação nacional pelo Gabinete de Planeamento e Políticas - GPP).</li> </ul>
---	--

#### F - ELABORAR O PLANO DE ATIVIDADES DA RRN DE 2012

O PRRN e o Plano de Ação da RRN definem que a ETA tem um papel fundamental na dinamização da elaboração do Plano de Atividades da RRN, integrando as propostas regionais produzidas nas respetivas ARR, bem como as apresentadas por outros membros da rede, de âmbito nacional.

A proposta resultante deste processo é consensualizada em sede do CC e aprovada pela AG do PRRN, sob proposta da Coordenadora Nacional da RRN.

<b>Conclusão da elaboração do Plano de Atividades para 2012</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação entre a UC-ETA e PF para consulta e compilação de contributos regionais (documentos sobre funcionamento da RRN, áreas prioritárias, outros).</li> <li>• Consulta escrita ao CC.</li> <li>• Elaboração do Plano de Atividades da RRN 2012.</li> <li>• Envio à AG PRRN para aprovação.</li> <li>• Divulgação on-line.</li> </ul>
<b>Preparação da elaboração do Plano de Atividades para 2013</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisada a possibilidade de se manterem em 2013 as prioridades temáticas da RRN, adotadas no Plano de Atividades de 2012, uma vez que 2013 será um ano de prossecução e conclusão de operações em curso.</li> </ul>

#### G - ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PROMOVIDAS PELA RRN

Face ao crescente número de membros e à diversidade das atividades a realizar no âmbito da RRN, tornou-se necessário encontrar um sistema de acompanhamento das atividades e de sistematização dos resultados, para efeitos da respetiva divulgação.

**Acompanhamento da execução das Atividades promovidas pela RRN**

- Definido o modelo de acompanhamento das atividades da RRN (sistematização em fichas de projeto para arquivo em base de dados e visualização on-line).
- Participação em iniciativas (14) no âmbito de operações apoiadas pelo PRRN, tendo em vista o acompanhamento e a recolha de informação para divulgação.
- Participação em diversos workshops, seminários e outras iniciativas congéneres organizadas pelos promotores de projetos com implementação na sua área geográfica.
- Analisados os membros da RRN e estabelecida a respetiva tipologia.
- Sistematizados os projetos em execução no âmbito do PRRN, com classificação da área temática e tipologia de membro.
- Colaboração com os serviços de informática da DGADR para integração desta informação na Base de Dados (em desenvolvimento) da RRN para sistematização e divulgação de projetos relevantes e inovadores no âmbito do desenvolvimento rural.
- Elaborado o modelo de ficha de projeto da RRN em articulação com a ficha de projeto relevante, tendo em vista a visualização e impressão on-line. Elaborados testes de adequação às Bases de Dados em desenvolvimento (Projetos Relevantes e Projetos da RRN).
- Resposta a pedidos de esclarecimento e/ou promoção de diversas reuniões com promotores de PA no âmbito do PRRN.
- Participação em várias reuniões no âmbito de parcerias em projetos enquadrados no PRRN, nomeadamente, no âmbito de um projeto de que a DRAP Alentejo é parceiro gestor, para preparação do guião da entrevista a lançar em estudos de caso (PF do Alentejo).

## **II - PROMOVER O ACESSO E A DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO**

A Rede Rural deve desempenhar um papel ativo no apoio à ação dos agentes envolvidos no desenvolvimento rural, favorecendo e potenciando a troca de informação, de experiências e de conhecimento, utilizando os meios adequados em função dos objetivos a atingir, dos conteúdos e do público-alvo.

Em paralelo, a rede deve introduzir novas temáticas, estimular e alargar o debate, potenciar a produção e a utilização de novos conhecimentos. Neste sentido, assume papel fundamental a interligação com a REDR e com as Redes Rurais dos outros países.

As ações de informação e publicidade, a desenvolver pela ETA no âmbito do plano de comunicação, têm como destinatários as entidades inseridas em cada uma das seguintes categorias: membros da RRN; Agentes do DR; público em geral.

## A - LINHAS ORIENTADORAS PARA A ÁREA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA RRN

A RRN tem um papel essencial na recolha, sistematização e divulgação de informação. Para que esta missão seja coerente e adequada aos destinatários e objetivos, elaborou-se um documento com linhas orientadoras para as áreas de informação e comunicação, que definisse os objetivos, os públicos destinatários, a estratégia e instrumentos de comunicação a desenvolver. Em 2012, prosseguiu-se o desenvolvimento das atividades previstas nesse documento.

<p><b>Gestão Eletrónica dos contactos da RRN</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurada a gestão das caixas de correio eletrónico «Rede Rural Nacional» e «Secretariado» rederuralnacional@dgadr.pt; rederuralnacional.secretariado@dgadr.pt</li> <li>• Efetuadas atualizações das listas de contactos dos membros e das estruturas da rede.</li> </ul>
<p><b>Desenvolver Plano de Comunicação da RRN</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prosseguida a operacionalização das atividades do Plano (atividade transversal).</li> <li>• Participação na FIA – Feira Internacional de Artesanato de Lisboa (em colaboração com Federação Minha Terra e GAL), tendo em vista a promoção da imagem dos territórios rurais (30 junho - 8 julho).</li> <li>• Apresentação da RRN no II Encontro de Agricultura Social, subordinado ao tema «Agricultura Social - Redes de Sustentabilidade», organizado pela Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (novembro).</li> <li>• Elaboração de dois artigos:             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Vale do Tejo - Região de Excelência (para jornal regional);</li> <li>- Success Story - «Vale do Tejo».</li> </ul> </li> <li>• Participação na SISAB - produtos «Vale do Tejo» - com a colaboração de alguns GAL (reuniões preparatórias e presença institucional).</li> <li>• Reuniões com os GAL (14/5 - 24/5) - no sentido de aferir do interesse na participação, quer na Feira Nacional de Agricultura, quer na InterGal.</li> <li>• Organização da participação dos GAL na Feira Nacional de Agricultura sob o Tema «Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e de Solidariedade Entre Gerações 2012».</li> <li>• Mostra de produtos regionais alimentares da Região LVT, organizada no âmbito do projeto Vale do Tejo - 25/6 na Quinta do Alcube, em Setúbal, e no âmbito da visita da Comissão Europeia a projetos do ProDeR.</li> <li>• Participação como orador (PF do Norte), em Vila Verde, no projeto «À Descoberta do Mundo Rural», co-financiado pelo PRRN, com a temática: «Qualidade de Vida e Nível de Vida dos territórios envolventes», promovido pela ANIMAR (30/11).</li> <li>• Envio, por parte dos PF da ETA, aos membros das ARR (membros regionais da Rede Rural) de diversa documentação/informação, sempre que pertinente e considerada de interesse, designadamente, informação relativa a colóquios, seminários, folha informativa da RRN, revista da RRN, etc.</li> <li>• Resposta a solicitações dos membros da Rede sobre avisos de candidaturas, execução de projetos, adesão de membro à Rede Rural.</li> <li>• Por solicitação dos membros da RRN, foram divulgadas as suas atividades nos sítios web da RRN e das DRAP.</li> <li>• Desenvolvidos contactos com diversos organismos no âmbito das diferentes iniciativas desenvolvidas pela RRN/ETA: Turismo de Portugal, entidades que constituem o grupo de trabalho com vista à preparação de uma proposta de estratégia para a valorização da produção agrícola local (GEVPAL), etc.</li> </ul>

## B - DESENVOLVER E PUBLICITAR A IMAGEM DA RRN

A atividade da RRN é identificada através de uma imagem gráfica, aplicada em todos os suportes de comunicação. Esta imagem é utilizada no sítio *web* e em todos os suportes digitais ou impressos e em todas as atividades e produtos da RRN.

<b>Divulgar a marca e a imagem da rede rural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgada a marca RRN, no sítio <i>web</i>, folha informativa, revista, apresentações, poster.</li> <li>• <i>Roll-up</i> e <i>triplo-banner</i> da RRN, a utilizar em todos os eventos organizados pela RRN.</li> </ul>
<b>Editar material publicitário com a marca da RRN</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Roll-up</i> e <i>triplo-banner</i> da RRN, a utilizar em todos os eventos organizados pela RRN.</li> </ul>

## C - DESENVOLVER O SÍTIO DA RRN

Pelas suas características específicas, o sítio da RRN é um dos meios comunicação fundamentais da RRN, na troca e divulgação de informação atualizada sobre todas as atividades da RRN e de temáticas e notícias de interesse para os agentes de desenvolvimento rural. No sentido de cumprir estes objetivos, torna-se necessário reestruturar o atual sítio da RRN, melhorando a sua arquitetura, conteúdos e funcionalidade.

<b>Criar e operacionalizar o novo sítio da RRN</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Concluído o processo de adjudicação relativo ao procedimento para a reestruturação do sítio <i>web</i> da RRN: Ajuste direto n.º 1.941/2011 - Aquisição de serviços para a criação do sítio internet da RRN.</li> <li>• Acompanhamento dos trabalhos de reestruturação do sítio <i>web</i> da RRN. Realizadas reuniões. A empresa adjudicatária apresentou proposta final de estrutura interna de funcionamento e do <i>layout</i> do novo sítio em novembro 2012.</li> </ul>
<b>Desenvolver o atual sítio web, divulgando informação atualizada sobre a RRN e suas atividades</b>	<p>Atualização do sítio <i>web</i> da RRN: <a href="http://www.rederural.pt">www.rederural.pt</a>:</p> <p>Sob responsabilidade da UC-ETA, e com os contributos dos PF regionais, dos membros da RRN diretamente e de outras entidades, foi divulgada informação (221 conteúdos) sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Notícias e eventos nacionais e internacionais com interesse para o DR;</li> <li>• Atividades, eventos e notícias da RRN.</li> </ul> <p>Disponibilizados conteúdos relativos a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Programação, planeamento de atividades e funcionamento da RRN;</li> <li>• Bolsa de Iniciativas da RRN (arquivo);</li> <li>• Folha informativa eletrónica (mensal);</li> <li>• Produtos do PRRN (ver anexo);</li> <li>• Revista «emRede» da RRN.</li> </ul> <p>N.º de visitas em 2012: 13.983, sendo 67% novas visitas.</p>

#### D - EDITAR FOLHA INFORMATIVA

A RRN iniciou em Junho de 2011 a publicação de uma Folha Informativa mensal, intitulada «emREDE», destinada aos membros da RRN e a outros intervenientes no desenvolvimento rural, com o objetivo de divulgar as atividades da RRN, da REDR e das RRN de outros EM, e de fornecer informação relevante sobre DR. Em cada edição é dado particular destaque a um ou mais assuntos relacionados com a Rede ou com os territórios rurais. Esta publicação é distribuída por correio-eletrónico aos membros da RRN e é disponibilizada no sítio *web* da RRN.

<b>Editar Folha Informativa</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Editada mensalmente a Folha Informativa, com conteúdos relacionados com a atividade da RRN, da REDR, das RRN dos outros EM, e com o desenvolvimento rural em geral.</li><li>• Divulgação (envio por correio-eletrónico e disponibilização no sítio <i>web</i> da RRN).</li></ul>
---------------------------------	--

### III - PROMOVER O CONHECIMENTO E A SUA DIFUSÃO

#### A - CONSTITUIR GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS

A RRN deve selecionar áreas temáticas estratégicas para o desenvolvimento rural e para as quais se definam planos de ação concertados, que possibilitem qualificar a intervenção das instituições, dos agentes e das políticas nessas temáticas. Para potenciar este objetivo, propôs-se a criação de Grupos de Trabalho Temáticos (GTT), constituídos por um número diversificado e limitado de membros, representativos dessa área, coordenados por peritos e dispendo do apoio técnico da ETA.

<p><b>Organizar e acompanhar Grupo(s) de Trabalho Temático(s)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recolhidas (1º semestre) propostas dos PF regionais sobre a eventual constituição de GTT (GTT Empreendedorismo Rural e GTT Comercialização de Produtos Locais em Circuitos Curtos). O GTT Empreendedorismo Rural não foi constituído em 2012.</li> <li>• Realizadas reuniões preparatórias para a operacionalização do GTT Comercialização de Produtos Locais em Circuitos Curtos, que foi constituído em julho após a aprovação do plano de ação.</li> <li>• A linha de trabalho relativa ao GTT Comercialização de Produtos Locais em Circuitos Curtos foi implementada através da participação da RRN num Grupo de Trabalho, entretanto criado por iniciativa ministerial para tratar este tema: um representante da RRN integrou o GEVPAL, criado junto da DGADR, através do Despacho n.º 4680/2012, de 3 de Abril, publicado no DR, n.º 67, 2ª Série.</li> <li>• O GTT da RRN (Comercialização de Produtos Locais em Circuitos Curtos) apoiou a participação da RRN no GEVPAL, concedendo apoio logístico e técnico (levantamento e sistematização de informação; realização de inquérito, emissão de pareceres). O PF do Norte ficou responsável pela articulação com os restantes PF do Continente, fazendo a ponte entre o GEVPAL e o fórum de discussão com os membros da RRN.</li> <li>• O GEVPAL desenvolveu a sua atividade sobretudo no 2.º semestre de 2012. Os trabalhos incluíram: a definição do quadro de referência; o enquadramento legislativo dos produtos agroalimentares locais; a identificação e caracterização de circuitos curtos agroalimentares e o estudo de casos; e a identificação de propostas de medidas de apoio. O trabalho foi realizado por subgrupos temáticos. Em dezembro, foi preparada a estrutura base do relatório final a entregar ao Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, e foi preparado um seminário, a realizar em janeiro de 2013, para apresentação de experiências de sucesso e discussão deste tema.</li> </ul>
---	---

## B - EDITAR REVISTA TEMÁTICA

No âmbito do Plano de Comunicação da RRN, considerou-se importante a edição de uma revista temática da RRN, que aprofunde conhecimentos, permita desenvolver o debate e a troca de ideias e de práticas sobre a temática tratada. Esta publicação deverá integrar os resultados do trabalho desenvolvido no âmbito dos GTT e das atividades da RRN. Sempre que seja considerado pertinente, podem ser produzidas publicações pontuais, associadas a eventos ou debates sobre temas de atualidade.

<p><b>Editar revista temática</b></p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Em abril, foi adjudicado o trabalho relativo ao procedimento para a «Conceção, execução, edição e produção da revista da RRN, para 2011»- Ajuste Direto n.º 1.775/2011 – contratada a edição de 3 números.</li><li>• Preparada e realizada a 1.ª reunião do Conselho Editorial (inclui elementos da ETA), em setembro, altura em que se definiu a linha editorial, a estrutura base da revista, a metodologia de articulação do trabalho, estabilizou-se a designação «emRede» e foram escolhidos os temas dos 3 primeiros números.</li><li>• Procedeu-se ao acompanhamento dos trabalhos de elaboração e edição da revista n.º 1 (reuniões preparatórias, solicitação de contributos a todos os PF (iniciativas FEADER - bons exemplos), veiculados os contributos dos parceiros regionais, tratamento dos dados fornecidos e revisão de conteúdos).</li><li>• Colaboração na disseminação pelos parceiros regionais da informação sobre a revista e sensibilização para o envio de contributos para alimentar aquela publicação.</li><li>• Preparadas linhas gerais da estratégia de divulgação e distribuição.</li><li>• Editado o 1.º número - outono 2012, sob o tema «Desenvolvimento Rural: presente e futuro», exemplificando bons exemplos de aplicação do FEADER em Portugal.</li></ul>
---------------------------------------	---

### C - EXPERIÊNCIAS DE SUCESSO EM MEIO RURAL

A RRN deve ser um veículo privilegiado de promoção da imagem e do potencial existente nos territórios rurais. Para isso, propôs-se a criação de um repositório que identifique e sistematize as experiências de sucesso e as divulgue junto dos membros da RRN, dos agentes de DR e do público em geral. O sucesso deste repositório exige o contributo e a participação ativa e regular de todos os membros da RRN. Após a criação de um sistema de identificação e sistematização da informação relativa às experiências de sucesso, desenvolveu-se o respetivo trabalho de recolha, tratamento e divulgação.

Identificar, analisar,  
sistematizar e divulgar  
experiências de sucesso  
em meio rural

**1. Sistematização da informação**

- Colaboração com os serviços de informática da DGADR na discussão e adaptação da proposta de base de dados da RRN para sistematização e divulgação de projetos relevantes e inovadores no âmbito do desenvolvimento rural.

**2. Base de Dados da REDR relativa a Projetos PDR (Projeto PIKSE)**

- Prosseguido o tratamento e a divulgação de informação, tendo em vista o envio para a Base de Dados PDR da REDR, a sua disponibilização (*online* na Base de Dados PDR da REDR e na Base de Dados da RRN [[http://enrd.ec.europa.eu/policy-in-action/rdp\\_view/en/view\\_projects\\_en.cfm](http://enrd.ec.europa.eu/policy-in-action/rdp_view/en/view_projects_en.cfm)].

Em dezembro de 2012, Portugal era o 2.º Estado-Membro com maior número de projetos on-line na Base de Dados da REDR (36).

- Prosseguido o trabalho de articulação com os PF regionais da ETA, outras entidades e promotores, para a identificação e recolha de informação. No âmbito de diversas iniciativas em que participaram elementos da ETA, foi recolhida bastante informação sobre experiências relevantes, embora ainda não tratada para efeitos de envio para bases de dados.

- Adaptada a ficha de projeto relevante em articulação com a ficha de projeto de acompanhamento de projetos da RRN, tendo em vista a visualização e impressão *online*. Elaborados testes de adequação às Bases de Dados em desenvolvimento (Projetos Relevantes e Projetos da RRN)

**3. Artigos para Revistas ou Brochura da REDR/outras Redes**

- Sistematização e envio de informação sobre a atividade da RRN para publicação na Revista da RR Austríaca.

**D - DESENVOLVER UM CENTRO DE RECURSOS *ONLINE***

O sítio *web* da RRN disporá de um Centro de Recursos, organizado por áreas temáticas, onde se terá acesso a informação respeitante ao desenvolvimento rural. A documentação a colocar no Centro de Recursos compreenderá os arquivos LEADER, estudos, relatórios, conclusões de seminários, manuais e documentos metodológicos, produtos resultantes das operações.

O Centro de Recursos incluirá também uma base de dados fotográfica/audiovisual.

<b>Desenvolver um Centro de Recursos on-line</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preparada a estrutura do Centro de Recursos on-line, incluindo as listas de organização e classificação da informação, os fluxos e permissões para utilização, modos de pesquisa.</li> </ul>
<b>Promover a tradução de documentos da REDR e de outras RRN</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tradução da brochura «Images of Rural Europe».</li> <li>• Colaboração na tradução de texto para colocação de legendas no vídeo sobre o LEADER, produzido pela REDR.</li> <li>• Tradução de texto para colocação de legendas no vídeo sobre Jovens Agricultores produzido pela REDR em colaboração da RRN da Valónia (BE).</li> </ul>

#### E - DIFUSÃO DAS ATIVIDADES E DOS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES APOIADAS PELO PRRN

A ETA deve recolher, analisar e sistematizar a informação que é produzida ao nível das operações apoiadas pelo PRRN e promover a sua divulgação.

<b>Divulgar atividades e resultados das operações apoiadas pelo PRRN</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• No sítio <i>web</i> da RRN foram divulgados diversos produtos do PRRN, disponibilizados pelos promotores para divulgação.</li> <li>• No sítio <i>web</i> da RRN e na folha informativa foram divulgadas iniciativas apoiadas pelo PRRN (72 conteúdos).</li> </ul>
--	--

#### F - DIVULGAR INFORMAÇÃO DAS REDES (EUROPEIA E OUTRAS REDES NACIONAIS)

O sítio da RRN deve disponibilizar conteúdos e documentos sobre desenvolvimento rural, boas práticas e novos conhecimentos produzidos pela REDR, e pelas RRN dos outros EM.

<b>Divulgar informação geral e específica de interesse, das outras RRN e da REDR</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgada informação das RRN dos EM e da REDR - Documentos de trabalho, publicações, folhetos e resultados de GTT da REDR, vídeos temáticos de outras RRN, informação geral, notícias e eventos.</li> <li>• Divulgada a publicação de artigo sobre a atividade da RRN publicado na Revista da RR Austríaca.</li> <li>• Divulgados conteúdos sobre campanhas europeias e informação relevante: («50 anos de PAC», Parceria Europeia de Inovação para a Produtividade e Sustentabilidade Agrícolas, PAC 2014-2020, 2012 Ano Internacional das Cooperativas, concurso de fotografia «Imagens da Europa Rural», Desenvolvimento Local Promovido pelas Comunidades, questionários <i>online</i>).</li> </ul>
--	--

### G - PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO E NOS FOCUS GROUP DA REDR

A ETA deve, sempre que possível e pertinente, procurar integrar novos Grupos de Trabalho, ou os Focus Group (FG), no âmbito do Subcomité LEADER, para participar e contribuir para a discussão de matérias de interesse para o DR.

<p><b>Reuniões dos Grupos de Trabalho e Focus Group</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Co-coordenação do FG 4 do Subcomité LEADER da REDR «Melhores Estratégias de DR».</li> <li>• Representantes da ETA neste FG 4:             <ul style="list-style-type: none"> <li>– Dr. José Veiga (PF da ETA – DRAP Alentejo)</li> <li>– Eng.ª Ana Pires da Silva (UC-ETA)</li> </ul> </li> <li>• Participação na 2.ª reunião do FG 4 na Finlândia (março).</li> <li>• Participação no encontro «LEADER EVENT 2012» (apresentação dos resultados do FG 4).</li> <li>• Colaboração com o FG 4 em todas as solicitações de informação, entre outras, a resposta do PF da ETA de LVT ao questionário do FG do Subcomité Leader «Melhores estratégias de desenvolvimento local»).</li> </ul> <p>Divulgados os documentos deste âmbito.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação em todas as reuniões do Grupo Temático de Avaliação da Rede Europeia de Avaliação (PF da ETA da Região Autónoma dos Açores).</li> </ul>
---	---

## IV - APOIO À COOPERAÇÃO LEADER

### A - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE OFERTA E PROCURA DE PARCEIROS

A Rede tem como uma das suas funções fundamentais apoiar a constituição de parcerias no âmbito da Cooperação LEADER, divulgando as informações de oferta e procura de parceiros a nível nacional e transnacional.

<p><b>Divulgar as informações de oferta e procura de parceiros, no âmbito da Cooperação LEADER</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgadas, via e-mail, as manifestações de oferta/procura de parceiros, nacional e internacional.</li> <li>• Procura de parceiros - ofertas de cooperação: Finlândia - 5 projetos; Letónia - 9 projetos; Grécia - 2 projetos; República Checa - 2 projetos; Itália - 2 projetos; Espanha - 1; Bélgica - 1 projeto.</li> <li>• Pedido de contactos de GAL portugueses com projetos de cooperação transnacional dos GAL de países do Sul do Mediterrâneo, a pedido de GAL de Itália.</li> </ul>
--	---

### B - ASSISTÊNCIA TÉCNICA À COOPERAÇÃO LEADER

Para a qualificação de parcerias e projetos de cooperação LEADER, a ETA propõe, em articulação com os GAL e a Federação Minha Terra, divulgar documentos de orientação metodológica para a cooperação LEADER elaborados por outras redes, boas práticas e eventos no âmbito da Cooperação LEADER para o desenvolvimento.

<p><b>Promover a assistência técnica à cooperação LEADER</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgada informação relativa a atividades de cooperação LEADER.</li> <li>• Preparada a definição das linhas gerais de oficinas temáticas a desenvolver em colaboração com os GAL.</li> <li>• Organizado o Seminário «LEADER e Desenvolvimento Promovido pelas Comunidades Locais na programação 2014-2020». Este Seminário representou o 1.º evento de vários, (workshops, grupos de trabalho), a realizar em 2013 no âmbito da qualificação dos GAL na elaboração das novas Estratégias de Desenvolvimento Local.</li> <li>• Editado Guia para a Cooperação Transnacional (tradução de novos anexos, revisão final do texto e edição).</li> <li>• Prestados esclarecimentos aos GAL no âmbito da cooperação LEADER, quer ao nível da UC-ETA, quer através dos PF regionais. Estes, face ao facto de alguns GAL terem projetos do PRRN aprovados e em execução, prestaram igualmente esclarecimentos neste âmbito.</li> </ul>
--	---

## PRODUTOS DO PRN DIVULGADOS EM 2012

- ❖ “Projeto ASAS – Aldeias Sustentáveis e Ativas” - ANIMAR
- ❖ Seminário «LEADER e Desenvolvimento Promovido pelas Comunidades Locais 2014-2020» - (Promovido pela RRN, DGADR e Federação Minha Terra (FMT))
- ❖ Seminário «Estratégias Locais de Desenvolvimento e os Modelos de Governança» - (Parceria DRAP Alentejo, GPP, Universidade de Évora, Monte-ACE)
- ❖ «Boas Práticas e Inovação no Sector Agrícola» - (NERPOR - Núcleo Empresarial Região Portalegre)
- ❖ Jornadas Técnicas 2012 «Inovação no Regadio» - (Parceria FENAREG, ADL, CHARNECA e LEADERSOR)
- ❖ Terra Viva - FMT
- ❖ Seminário «Desafios para o turismo em meio rural» - (Parceria GPP e DGADR)
- ❖ I Workshop do projeto Rur@I INOV – Inovar em Meio Rural - (Parceria Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e DGADR)
- ❖ Seminário «Dinâmicas e políticas para o desenvolvimento rural - 2014-2020» - (Parceria Animar, Instituto Superior de Agronomia, o Instituto Nacional de Investigação Agrária e de Veterinária e Associação de Desenvolvimento Integrado Rota do Guadiana)
- ❖ EPAM – Empreender na Fileira das Plantas Aromáticas e Medicinais - (Parceria ADCMoura e Animar)
- ❖ *Workshop* «Inovação Aberta – ferramenta de competitividade para pequenas e médias empresas do sector agroalimentar» - (Parceria TAGUS e Centro de Transferência de Tecnologia Alimentar INOV.LINEA)
- ❖ Feira Internacional do Artesanato (Promovido pela RRN e FMT)
- ❖ Projeto-piloto para avaliação de medidas favoráveis à biodiversidade em explorações agrícolas - Parceria Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), LPN, SPEA, DGADR
- ❖ Seminário «O LEADER e o quadro estratégico comum» - (Parceria FMT e CAP)
- ❖ «3 Projetos LEADER» - FMT

- ❖ ASAS - Aldeias Sustentáveis e Ativas - (Parceria Animar, ADCMoura e Instituto das Comunidades Educativas)
- ❖ Seminário «Competitividade Empresarial na Fileira Agro-Florestal» - (Parceria AGRESTA – Associação dos Agricultores do Minho, a Câmara Municipal de Monção e o Núcleo Fundador da ZIF Monção)
- ❖ Projeto ICCER – Industrias Culturais e Criativas em Espaço Rural - (Parceria Adriminho, Adril, Atahca, SoldoAve, Adersousa, Dolmen, Adrimag, Adritem e Probasto)
- ❖ Segurança, higiene e saúde no trabalho agrícola - filme (Confederação Nacional da Agricultura - CNA)
- ❖ Caderno técnico - «A pobreza e a exclusão social da mulher rural» (CNA)
- ❖ Caderno técnico - «A globalização do sector agrícola e a biodiversidade» (CNA)
- ❖ Caderno técnico - «Promoção do mundo rural junto da sociedade» (CNA)
- ❖ Caderno técnico - PAC pós 2013 (CNA)

### 3 ESTADO DE REALIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

#### 3.1 PERÍODOS DE CANDIDATURA E CONCURSOS ABERTOS

A anulação automática da dotação FEADER do Programa, por força do não cumprimento da regra n+2 em 2011, bem como a alteração da taxa de cofinanciamento de 50% para 85% das despesas públicas elegíveis, levaram à redução da dotação financeira do PRN de 22.737 mil euros para 11.730 mil euros. Esta redução levou não só à suspensão dos concursos em curso, mas também à não abertura de novos concursos em 2012. Assim, a dotação em despesa pública, relativa a concursos anteriores, correspondeu ao montante global de 16.081 mil euros, distribuído conforme consta do quadro seguinte.

**Quadro 2: Concursos e períodos abertos a 31-12-2012**

ÁREAS DE INTERVENÇÃO		CONCURSOS / PERÍODOS				
		2010	2011	Acumulado		
		Nº	Nº	Nº	Despesa pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
<b>EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA RRN</b>		<b>1</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>12.238</b>	<b>6.119</b>
AI1	Capitalização da experiência e do conhecimento	1	0	1	5.404	2.702
AI2	Facilitação da cooperação		1	1	1.090	545
AI3	Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural		1	1	2.528	1.264
AI4	Facilitação do acesso à informação		1	1	3.216	1.608
<b>FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DA REDE RURAL</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3.843</b>	<b>1.922</b>
AI5	Funcionamento da rede rural	1	1	2	3.843	1.922
<b>TOTAL</b>		<b>2</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>16.081</b>	<b>8.041</b>

Os valores colocados a concurso passam assim a representar, após a reprogramação financeira de 2012, 137% da dotação total do Programa.

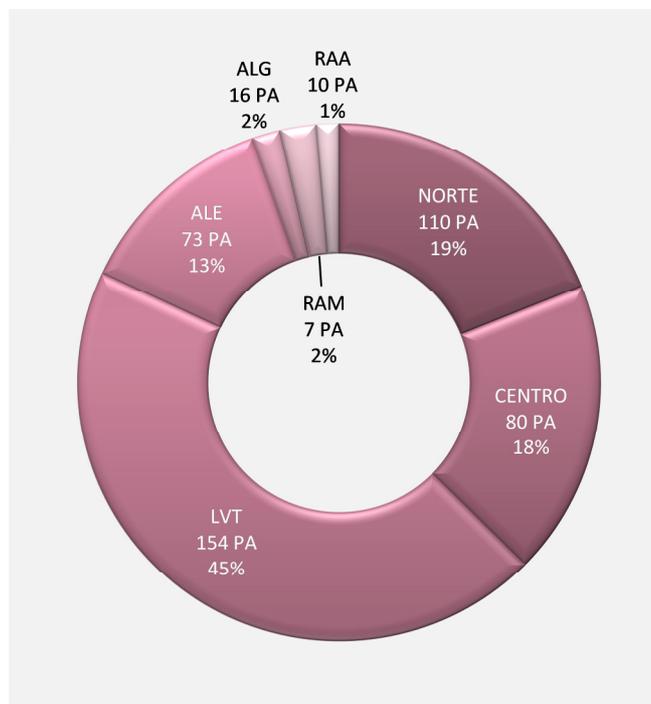
### 3.2 CANDIDATURAS ENTRADAS E INVESTIMENTO PROPOSTO

Pelos motivos referidos no ponto anterior, no ano de 2012 não foram apresentados novos Pedidos de Apoio (PA) mantendo-se a situação reportada no Relatório de Execução de 2011 e apresentada de seguida.

**Quadro 3: PA entrados a 31-12-2012**

ÁREAS DE INTERVENÇÃO		Candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total (mil euros)
<b>EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA RRN</b>		<b>414</b>	<b>32.245</b>
AI1	Capitalização da experiência e do conhecimento	203	16.362
AI2	Facilitação da cooperação	23	1.418
AI3	Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural	57	3.536
AI4	Facilitação do acesso à informação	131	10.930
<b>FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DA REDE RURAL</b>		<b>36</b>	<b>3.996</b>
AI5	Funcionamento da rede rural	36	3.996
<b>TOTAL</b>		<b>450</b>	<b>36.241</b>

Figura 1: Distribuição regional do nº de PA entrados e % do investimento



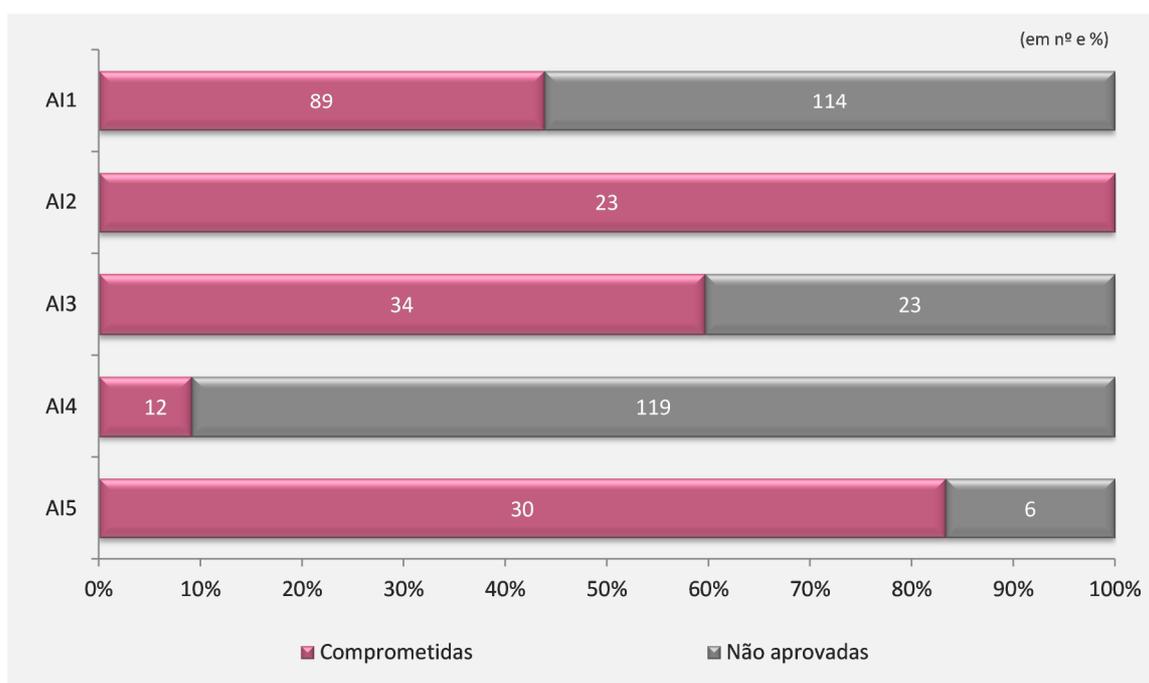
Conforme apresentado no Relatório anterior, o maior número e volume financeiro de candidaturas entradas pertencem à DRAP Lisboa e Vale do Tejo, o que representa mais de 30% das candidaturas totais e 45% do volume financeiro. A região LVT também se caracteriza por ser aquela onde o montante proposto por PA é o mais elevado.

Este domínio da DRAPLVT deve-se, em grande parte, ao facto da sede de muitos dos membros da RRN promotores dos PA estar localizada nesta região, sem prejuízo de muitas das atividades que desenvolvem serem de âmbito nacional.

### 3.3 ANÁLISE, APROVAÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO

Em 2012 todos os PA entrados estavam analisados e, como já foi referido, não foram apresentadas novas candidaturas. Tal deve-se, essencialmente, a estar concluída a análise das candidaturas respeitantes aos concursos de 2011 das Áreas de Intervenção 2 e 3 e à decisão de cancelamento do concurso da Área de Intervenção 4 decorrente da elevada taxa de *overbooking* do Programa. Assim, do total dos 450 PA entrados/analizados, no final do ano estavam comprometidos 42% e cerca de 58% não foram aprovados. A distribuição por Área de Intervenção é apresentada no gráfico seguinte:

Figura 2: Situação das candidaturas a 31-12-2012



Relativamente ao processo de contratação, em 2012 procurou-se garantir a sua conclusão tendo sido contratados 60 PA no valor de 3.935 mil euros de despesa pública e 1.967 mil euros de Fundo, dos quais 40% pertencem à Área de Intervenção 1 e representam um investimento de 1.423 mil euros e um cofinanciamento FEADER de 711 mil euros. Segue-se a Área de Intervenção 3 com 30% dos PA contratados, a Área de Intervenção 2 com 25% e, por último, com apenas 5% situa-se a Área de Intervenção 5, conforme quadro seguinte. Na Área de Intervenção 4 não se verificaram novas contratações no ano em apreço, devido ao cancelamento do concurso acima referido.

**Quadro 4: Processo de contratação (em 2012)**

Un.: mil euros

ÁREAS DE INTERVENÇÃO		Candidaturas entradas		Candidaturas aprovadas		Candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
<b>EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA RRN</b>		-	-	-	-	<b>57</b>	<b>2.939</b>	<b>2.939</b>	<b>1.470</b>
AI1	Capitalização da experiência e do conhecimento	-	-	-	-	24	1.423	1.423	711
AI2	Facilitação da cooperação	-	-	-	-	15	695	695	347
AI3	Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural	-	-	-	-	18	822	822	411
AI4	Facilitação do acesso à informação	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DA REDE RURAL</b>		-	-	<b>3</b>	<b>995</b>	<b>3</b>	<b>995</b>	<b>995</b>	<b>498</b>
AI5	Funcionamento da rede rural	-	-	3	995	3	995	995	498
<b>TOTAL</b>		-	-	<b>3</b>	<b>995</b>	<b>60</b>	<b>3.935</b>	<b>3.935</b>	<b>1.967</b>

As novas contratações da Área de Intervenção 1 respeitam a candidaturas do concurso de 2010, cuja aprovação ocorreu no segundo semestre de 2011 e o respetivo processo de contratação apenas teve conclusão já em 2012. No que respeita às contratações das Áreas de Intervenção 2 e 3, correspondem a candidaturas dos concursos de 2011, cujas aprovações apenas foram concluídas em janeiro de 2012. As relativas à Área de Intervenção 5, respeitam a candidaturas entradas em 2011 e aprovadas em 2012, devido à necessidade de assegurar o funcionamento do secretariado técnico da AG, da ETA da RRN e do Organismo Pagador (OP).

Em termos acumulados (período 2008-2012) foram contratados 188 PA no valor de 13.243 mil euros de despesa pública e 6.898 mil euros de Fundo, dos quais 41% pertencem à Área de Intervenção 1; 8% à Área de Intervenção 2; 16% à Área de Intervenção 3; 11% à Área de Intervenção 4 e 24% à Área de Intervenção 5, conforme quadro seguinte. A taxa de contratação global no final de 2012 representava 113% da despesa pública programada para o período 2008-2013, evidenciando a situação de *overbooking*.

**Quadro 5: Processo de contratação (a 31-12-2012)**

Un.: mil euros

ÁREAS DE INTERVENÇÃO		Candidaturas entradas		Candidaturas aprovadas		Candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
<b>EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA RRN</b>		<b>414</b>	<b>32.245</b>	<b>158</b>	<b>10.077</b>	<b>158</b>	<b>10.077</b>	<b>10.077</b>	<b>5.286</b>
AI1	Capitalização da experiência e do conhecimento	203	16.362	89	5.380	89	5.380	5.380	2.694
AI2	Facilitação da cooperação	23	1.418	23	1.057	23	1.057	1.057	538
AI3	Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural	57	3.536	34	2.191	34	2.191	2.191	1.140
AI4	Facilitação do acesso à informação	131	10.930	12	1.449	12	1.449	1.449	916
<b>FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DA REDE RURAL</b>		<b>36</b>	<b>3.996</b>	<b>30</b>	<b>3.167</b>	<b>30</b>	<b>3.167</b>	<b>3.167</b>	<b>1.612</b>
AI5	Funcionamento da rede rural	36	3.996	30	3.167	30	3.167	3.167	1.612
<b>TOTAL</b>		<b>450</b>	<b>36.241</b>	<b>188</b>	<b>13.243</b>	<b>188</b>	<b>13.243</b>	<b>13.243</b>	<b>6.898</b>

### 3.4 BALANÇO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

No presente ponto apresenta-se a informação correspondente às Áreas de Intervenção 1 a 4, que permitem dar sequência, respetivamente, às quatro prioridades estabelecidas para a RRN, incidindo sobre o universo dos PA aprovados.

É feita igualmente referência à Área de Intervenção 5, que constitui o suporte financeiro para o funcionamento da estrutura e da gestão da RRN e do PRRN.

De notar que a atividade das cinco Áreas de Intervenção no ano 2012 centrou-se, essencialmente, na execução das candidaturas aprovadas.

#### 3.4.1 ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 – CAPITALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA E DO CONHECIMENTO

Relativamente à Área de Intervenção 1, a região de LVT foi a mais representativa em termos de número de PA contratados (52%), como se observa no quadro seguinte. Esta representatividade acentuou-se no que respeita a despesa pública, pois esta representou 57% da total contratada.

**Quadro 6: Área de intervenção 1 - Distribuição regional dos PA contratados a 31-12-2012**

Un.: mil euros

REGIÃO	Total contratado		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	16	563	281
Centro	7	572	286
LVT	46	3.044	1.526
Alentejo	19	1.146	573
Algarve	1	55	28
Madeira	-	-	-
Açores	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>89</b>	<b>5.380</b>	<b>2.694</b>

No que respeita à tipologia dos promotores, verifica-se que 73% do total de PA contratados se constituem sob a forma de parcerias, sendo que destas, 40% são parceiros privados. Este aspeto é um indicador relevante do sucesso na promoção do trabalho em parceria que teve o Programa nesta Área de Intervenção.

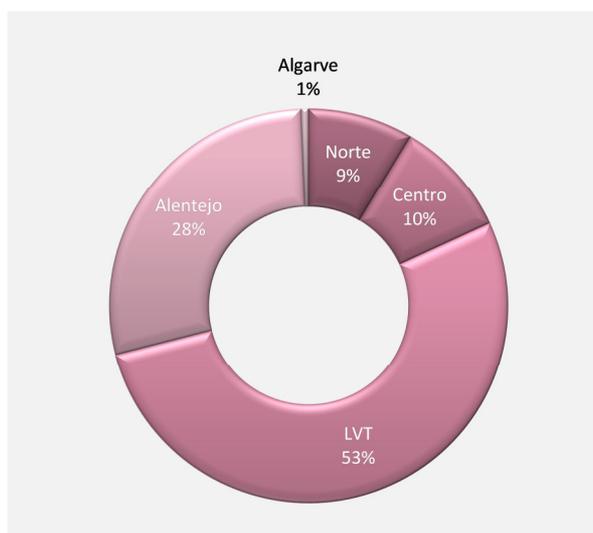
**Quadro 7: Área de intervenção 1 - PA contratados por tipologia do promotor a 31-12-2012**

TIPOLOGIA	Nº PA	Despesa pública	
		Mil euros	%
Isolada	24	2.097	39%
Parceria privada	26	1.348	25%
Parceria pública	7	382	7%
Parceria pública / privada	32	1.552	29%
<b>TOTAL</b>	<b>89</b>	<b>5.380</b>	<b>100%</b>

Quanto aos pagamentos efetuados aos beneficiários no âmbito da Área de Intervenção 1, estes representam 31% do total pago no PRRN e ascendem a 1.761 mil euros de despesa pública, o que corresponde a 1.496 mil euros de FEADER. Refira-se que até ao fim de 2011 não tinha sido ainda efetuado qualquer pagamento respeitante à Área de Intervenção em análise.

A sua repartição regional é a apresentada na figura seguinte.

**Figura 3: Área de intervenção 1 - Distribuição regional da DP paga a 31-12-2012**



Relativamente ao contributo para o Plano de Ação e Planos de Atividades da RRN, os PA incidem sobre as ações / temáticas e atividades descritas no quadro seguinte.

**Quadro 8: Área de intervenção 1 - PA contratados por ações / atividades a 31-12-2012**

AÇÕES	ATIVIDADES	Nº PA [*]	Desp. pública (mil euros)	% do total
Ações de formação para novos GAL	Possibilitar a aquisição de competências técnicas de âmbito transversal e em áreas específicas, para o funcionamento dos GAL	3	21	0,4%
	Possibilitar a aquisição de competências técnicas em áreas específicas, para a implementação e avaliação da estratégia local	5	17	0,3%
Acompanhamento da integração de boas práticas	Acompanhar, monitorizar e avaliar a integração de novas práticas e novos conhecimentos	9	40	0,8%
	Avaliar a adequabilidade e eficácia das metodologias aplicadas	5	7	0,1%
	Avaliar os efeitos da transferência das boas práticas e dos novos conhecimentos	9	22	0,4%
	Definir metodologias de análise e transferência de boas práticas e novos conhecimentos	11	74	1,4%
	Divulgar os resultados obtidos com a integração de novas práticas e dos novos conhecimentos	15	108	2,0%
Identificação, análise e difusão de boas práticas	Identificar, analisar e divulgar boas práticas e projetos de sucesso	60	1.802	33,5%
	Produzir e divulgar conhecimentos sobre novas abordagens	51	1.040	19,3%
	Produzir e divulgar conhecimentos sobre os fatores condicionantes ou potenciadores do sucesso e as metodologias utilizadas	73	2.250	41,8%
<b>TOTAL</b>		<b>241</b>	<b>5.380</b>	<b>100%</b>

[\*] Existem repetições porque 1 PA pode incidir em mais do que uma atividade. Nº PA contratados na AI 1 = 89.

É evidente o grande destaque do número de PA que têm como objetivo a «Identificação, análise e difusão de boas práticas», representado mais de 90% da despesa pública aprovada. Esta constatação denota um elevado grau de preocupação dos agentes em identificar e difundir as melhores práticas, de forma a melhorar a competitividade das atividades desenvolvidas em meio rural.

### 3.4.2 ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 – FACILITAÇÃO DA COOPERAÇÃO

Quanto à Área de Intervenção 2, a região de LVT também foi a mais representativa em termos do número de PA contratados (39%), correspondendo a 51% da despesa pública total contratada.

**Quadro 9: Área de intervenção 2 - Distribuição regional dos PA contratados a 31-12-2012**

Un.: mil euros

REGIÃO	Total contratado		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	5	75	38
Centro	6	283	142
LVT	9	535	276
Alentejo	2	150	75
Algarve	1	14	7
Madeira	-	-	-
Açores	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>1.057</b>	<b>538</b>

No que respeita à tipologia dos promotores, verifica-se que 83% do total de PA contratados são parcerias, sendo que destas, 79% são parceiros privados e são um indicador relevante do sucesso na promoção do trabalho em parceria nesta Área de Intervenção.

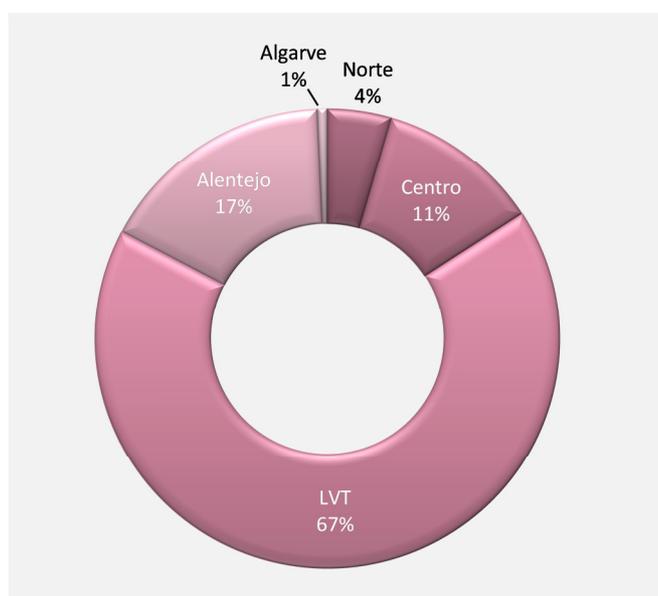
**Quadro 10: Área de intervenção 2 - PA contratados por tipologia do promotor a 31-12-2012**

TIPOLOGIA	Nº PA	Despesa pública	
		Mil euros	%
Isolada	4	324	31%
Parceria privada	15	620	59%
Parceria pública	2	4	0%
Parceria pública / privada	2	110	10%
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>1.057</b>	<b>100%</b>

Quanto aos pagamentos efetuados aos beneficiários no âmbito da Área de Intervenção 2, estes representam 7% do total pago no PRRN e ascendem a 413 mil euros de despesa pública o que corresponde a 280 mil euros de FEADER. Relativamente a 2011, representam um acréscimo de 101%, o que reflete um acentuado aumento na taxa de execução dos PA.

A sua repartição regional é a apresentada na figura seguinte, onde se constata, como seria expetável, um lugar destacado da região de LVT.

Figura 4: Área de intervenção 2 - Distribuição regional da DP paga a 31-12-2012



Relativamente ao contributo para o Plano de Ação e Planos de Atividades da RRN, os PA incidem sobre as ações / temáticas e atividades descritas no quadro seguinte.

**Quadro 11: Área de intervenção 2 - PA contratados por ações / atividades a 31-12-2012**

AÇÕES	ATIVIDADES	Nº PA [*]	Desp. pública (mil euros)	% do total
Elaborar manual de boas práticas para a cooperação	Elaborar manual de boas práticas para a cooperação	5	30	2,8%
	Apoiar a definição de estratégias, planos de cooperação, parcerias e projetos de cooperação	2	11	1,0%
Formar técnicos e públicos-alvo e providenciar assistência técnica	Identificar e divulgar boas práticas e projetos inovadores	3	90	8,6%
	Promover a organização de ações de formação para os GAL	11	38	3,6%
Formar técnicos e públicos-alvo e providenciar assistência técnica	Promover a prestação de assistência técnica	3	65	6,1%
	Estabelecer o quadro de necessidades para melhorar os projetos de cooperação	1	5	0,5%
Identificar constrangimentos à prática da cooperação	Identificar os fatores que têm obstado à prática da cooperação	1	5	0,5%
	Facilitar o encontro entre interessados na cooperação	7	216	20,4%
Promover ideias/intenções de cooperação, facilitar comunicação e divulgar boas práticas de cooperação	Promover a divulgação de boas práticas	17	290	27,4%
	Promover o encontro de parceiros	13	308	29,1%
<b>TOTAL</b>		<b>63</b>	<b>1.057</b>	<b>100%</b>

[\*] Existem repetições porque 1 PA pode incidir em mais do que uma atividade. Nº PA contratados na AI 2 = 23.

É evidente a importância do número de PA que têm como objetivo «Promover ideias/intenções de cooperação, facilitar comunicação e divulgar boas práticas de cooperação», representando mais de 75% da despesa pública aprovada. Esta percentagem demonstra a grande preocupação dos agentes em identificar e difundir as melhores práticas, de forma a melhorar o trabalho em articulação entre os vários atores do meio rural.

### 3.4.3 ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 – OBSERVAÇÃO DO MUNDO RURAL

Também no que respeita à Área de Intervenção 3, a região de LVT é a mais significativa em termos de PA contratados (82%). Esta representatividade mantém-se em termos de despesa pública, pois esta corresponde a 87% da total contratada.

As candidaturas a esta Área de Intervenção, têm obrigatoriamente de incluir organismos do MAMAOT ou das Secretarias Regionais das Regiões Autónomas que tutelam a área do desenvolvimento rural. Esta condição explica a forte incidência de PA em LVT, uma vez que a sede dos organismos centrais do MAMAOT

mais envolvidos na área do desenvolvimento rural se localizam nesta região, sem prejuízo da maioria das atividades apoiadas possuírem uma abrangência de âmbito nacional.

**Quadro 12: Área de intervenção 3 - Distribuição regional dos PA contratados a 31-12-2012**

Un.: mil euros

REGIÃO	Total contratado		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	-	-	-
Centro	1	27	14
LVT	28	1.902	995
Alentejo	4	135	67
Algarve	-	-	-
Madeira	-	-	-
Açores	1	126	63
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>2.191</b>	<b>1.140</b>

Quanto à tipologia dos promotores, verifica-se que 91% do total de PA contratados integram parcerias, sendo que destas, 84% são de parceiros privados. Este aspeto é um indicador relevante do sucesso na promoção do trabalho em parceria, com um elevado grau de envolvimento de agentes privados.

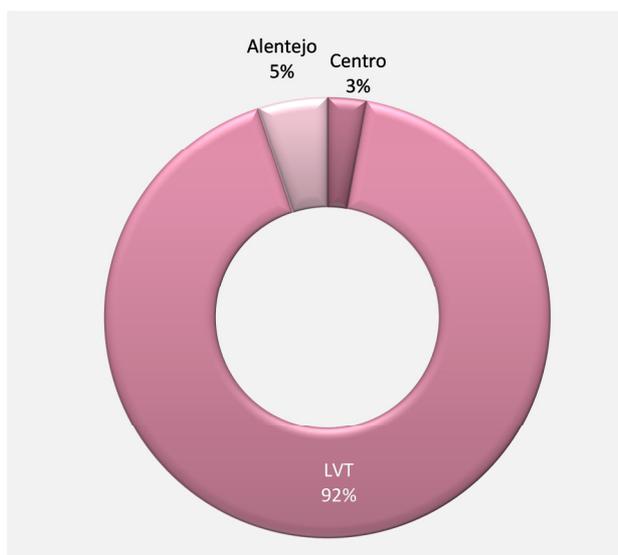
**Quadro 13: Área de intervenção 3 - PA contratados por tipologia do promotor a 31-12-2012**

TIPOLOGIA	Nº PA	Despesa pública	
		Mil euros	%
Isolada	3	477	22%
Parceria privada	-	-	-
Parceria pública	5	371	17%
Parceria pública / privada	26	1.342	61%
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>2.191</b>	<b>100%</b>

Quanto aos pagamentos efetuados aos beneficiários no âmbito desta Área de Intervenção, estes representam 16% do total pago no PRRN e ascendem a 894 mil euros de despesa pública o que corresponde a 662 mil euros de FEADER. Relativamente a 2011 representam um acréscimo de 188%, o que reflete um acentuado aumento na taxa de execução dos PA.

A sua repartição regional é a apresentada na figura seguinte, onde se constata um domínio quase absoluto da região de LVT.

Figura 5: Área de intervenção 3 - Distribuição regional da DP paga a 31-12-2012



Relativamente ao contributo para o Plano de Ação e Planos de Atividades da RRN, os PA incidem sobre as ações / temáticas e atividades descritas no quadro seguinte.

**Quadro 14: Área de intervenção 3 - PA contratados por ações / atividades a 31-12-2012**

AÇÕES	ATIVIDADES	Nº PA [*]	Desp. pública (mil euros)	% do total
Avaliação do PRRN	Avaliação do PRRN	1	2	0,1%
Constituir uma base de dados e produzir estudos, relatórios e análises temáticas e territoriais	Elaborar estudos, relatórios e análises temáticas e territoriais	22	670	30,6%
	Promover estudos de caracterização e de avaliação das políticas	18	652	29,7%
Criar grupo temático para aprofundamento metodológico no âmbito do QCAA	Acompanhar a aplicação do QCAA e participar no trabalho da READR	2	25	1,1%
	Criação e funcionamento do grupo temático de avaliação	3	361	16,5%
	Executar o plano de ação do grupo temático de aprofundamento metodológico	2	90	4,1%
Estabelecer e alimentar uma matriz de indicadores para a identificação dos efeitos das políticas sobre o mundo rural	Apoiar a avaliação do PEN e dos PDR	3	80	3,7%
	Divulgar e promover o debate sobre os seus resultados	2	16	0,7%
	Estabelecer matriz de indicadores e respetivas metodologias de construção	2	143	6,5%
Produzir informação necessária para a avaliação do PENDR	Divulgar e promover o debate sobre os seus resultados	2	5	0,2%
	Produzir a informação necessária para a avaliação do PENDR	4	148	6,8%
<b>TOTAL</b>		<b>61</b>	<b>2.191</b>	<b>100%</b>

[\*] Existem repetições porque 1 PA pode incidir em mais do que uma atividade. Nº PA contratados na AI 3 = 34.

Realce para o número de PA que têm como objetivo «Constituir uma base de dados e produzir estudos, relatórios e análises temáticas e territoriais» relativos à observação do mundo rural e implementação de políticas de desenvolvimento rural, representado mais de 60% do investimento aprovado, refletindo a necessidade sentida de analisar a situação atual de forma a permitir uma melhor preparação do próximo período de programação.

#### 3.4.4 ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 – FACILITAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO

A atividade da Área de Intervenção 4 em 2012 centrou-se, essencialmente, na execução das candidaturas aprovadas, tendo sido cancelado o concurso de 2011. Este cancelamento deveu-se à impossibilidade de serem assumidos novos compromissos, devido ao elevado *overbooking* que o Programa passou a apresentar após a reprogramação de 2012.

Como se observa no quadro seguinte, a região de LVT é a mais representativa em termos de PA contratados (67%). Esta representatividade acentuou-se de forma muito significativa em termos de despesa pública, pois esta representa 89% da total contratada.

**Quadro 15: Área de intervenção 4 - Distribuição regional dos PA contratados a 31-12-2012**

Un.: mil euros

REGIÃO	Total contratado		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	-	-	-
Centro	2	61	52
LVT	8	1.291	788
Alentejo	2	96	75
Algarve	-	-	-
Madeira	-	-	-
Açores	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>1.449</b>	<b>916</b>

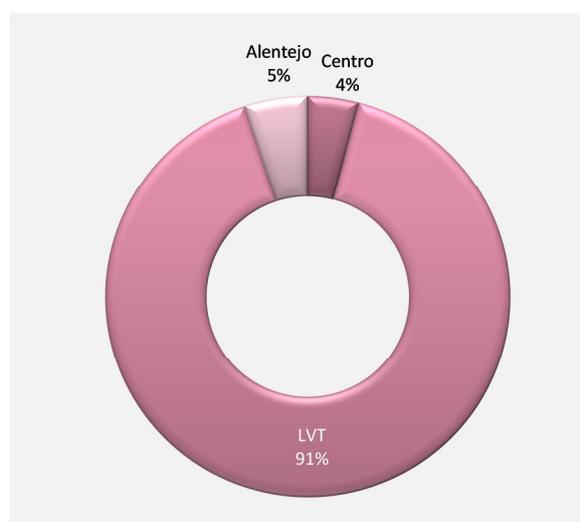
No que respeita à tipologia dos promotores dos PA contratados, verifica-se que a sua totalidade corresponde a PA sob a forma de candidaturas isoladas. Refira-se que nas candidaturas de 2010 a esta Área de Intervenção, a que correspondem a totalidade dos PA contratados, cerca de 78% apresentaram-se logo sob a forma isolada, sendo desta tipologia todos os que mereceram parecer favorável de aprovação.

**Quadro 16: Área de intervenção 4 - PA contratados por tipologia do promotor a 31-12-2012**

TIPOLOGIA	Nº PA	Despesa pública	
		Mil euros	%
Isolada	12	1.449	100%
Parceria privada	-	-	-
Parceria pública	-	-	-
Parceria pública / privada	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>1.449</b>	<b>100%</b>

Quanto aos pagamentos efetuados aos beneficiários no âmbito desta Área de Intervenção, estes representam 21% do total pago no PRRN e ascendem a 1.187 mil euros de despesa pública, o que corresponde a 906 mil euros de FEADER. Relativamente a 2011 representam um acréscimo de 252%, o que reflete um acentuado aumento na execução dos PA. A sua repartição regional é a apresentada na figura seguinte, onde se constata, novamente, um lugar destacado da região de LVT.

**Figura 6: Área de intervenção 4 - Distribuição regional da DP paga a 31-12-2012**



Relativamente ao contributo para o Plano de Ação e Planos de Atividades da RRN, os PA incidem sobre as ações / temáticas e atividades descritas no quadro seguinte.

**Quadro 17: Área de intervenção 4 - PA contratados por ações / atividades a 31-12-2012**

AÇÕES	ATIVIDADES	Nº PA [*]	Desp. pública (mil euros)	% do total
Criar e manter o sítio da Rede Rural e outros meios de comunicação adequados ao seu funcionamento	Criar e atualizar o site RRN	1	190	13,1%
	Criar e manter atualizado um sistema de informação de apoio às atividades da RRN	2	45	3,1%
	Debater temas prioritários no âmbito das áreas de intervenção da RRN	5	147	10,1%
	Divulgar as atividades e os produtos resultantes das iniciativas RRN, RRE e das redes dos EM	2	11	0,8%
	Editar material diverso de informação e divulgação da RRN	4	61	4,2%
	Editar revistas/jornais temáticos	3	95	6,5%
Elaborar quadro de prioridades em matéria de informação e de canais de comunicação	Elaborar um plano de comunicação e informação	3	73	5,1%
Tratar conteúdos e respetiva divulgação	Produção de material áudio visual sobre temas de interesse para o DR	5	177	12,2%
	Tratamento e divulgação de conteúdos temáticos de iniciativas dos membros da RRN	10	650	44,9%
<b>TOTAL</b>		<b>35</b>	<b>1.449</b>	<b>100%</b>

[\*] Existem repetições porque 1 PA pode incidir em mais do que uma atividade. Nº PA contratados na AI 4 = 12.

Realce para o número de PA que têm como objetivo «Tratar conteúdos e respetiva divulgação», que representam mais de 50% do investimento aprovado nesta Área de Intervenção, que traduzem a preocupação dos promotores com a divulgação de conteúdos relevantes, de forma a potenciar o impacto positivo da informação tratada.

### 3.4.5 ÁREA DE INTERVENÇÃO 5 – FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DO PROGRAMA

Quanto à Área de Intervenção 5, apenas foram aprovadas e contratadas 3 novas candidaturas, rececionadas em 2011, com o objetivo de assegurar o funcionamento do secretariado técnico da AG, da EAT da RRN e do OP.

**Quadro 18: Área de intervenção 5 - Distribuição regional dos PA contratados a 31-12-2012**

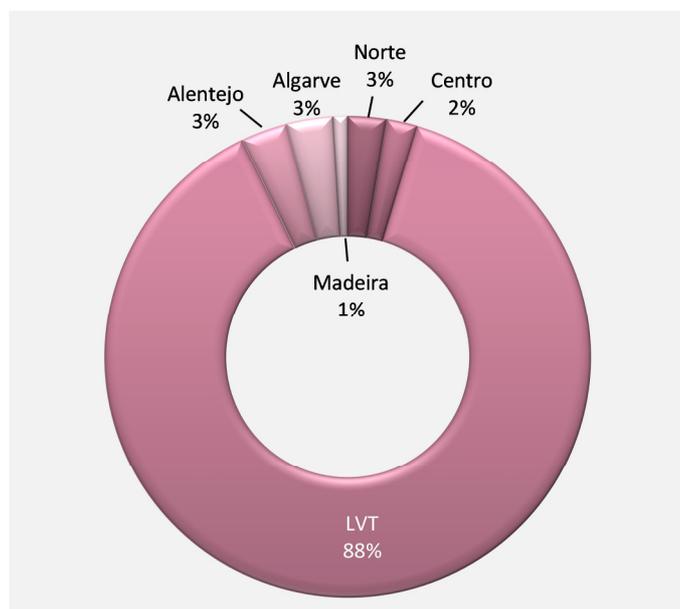
Un.: mil euros

REGIÃO	Total contratado		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	3	65	43
Centro	3	68	34
LVT	13	2.770	1.401
Alentejo	3	88	44
Algarve	3	79	40
Madeira	3	56	30
Açores	2	39	20
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>3.167</b>	<b>1.612</b>

Quanto aos pagamentos efetuados aos beneficiários no âmbito desta Área de Intervenção, estes representam 25% do total pago no PRRN e ascendem a 1.450 mil euros de despesa pública o que corresponde a 937 mil euros de FEADER, representando um acréscimo de 50% relativamente ao total pago até ao fim de 2011.

A sua repartição regional é a apresentada na figura seguinte, com destaque mais uma vez para LVT, região onde se situa a sede dos organismos acima referidos.

Figura 7: Área de intervenção 5 - Distribuição regional da DP dos PA pagos a 31-12-2012



### 3.4.6 ÁREAS DE INTERVENÇÃO – INDICADORES DE REALIZAÇÃO

Relativamente às atividades realizadas no âmbito das candidaturas cuja execução já terminou, a sua situação apresenta-se no quadro seguinte, sendo que estes indicadores assumem ainda uma expressão relativamente reduzida, uma vez que a maioria das candidaturas apenas terá a sua conclusão em 2013.

Quadro 19: Áreas de intervenção - Indicadores de realização a 31-12-2012

AI	Nº PA concluídos	INDICADORES					
		Nº de atividades de divulgação/ /informação realizadas	Nº de materiais de comunicação produzidos	Nº de ações de formação realizadas	Nº de formandos	Nº de estudos e relatórios elaborados	Nº de manuais elaborados
1	3	26	-	3	-	25	17
2	6	52	-	6	108	-	-
3	9	28	-	-	-	23	-
4	11	258	30	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>364</b>	<b>30</b>	<b>9</b>	<b>108</b>	<b>48</b>	<b>17</b>

Como se pode observar, existe um predomínio das atividades de divulgação em todas as Áreas de Intervenção, com destaque para a Área de Intervenção 4.

Essas atividades de divulgação, bem como os materiais de comunicação produzidos, tiveram como principal foco a divulgação de modelos de boas práticas previamente identificados, para além de outros produtos relevantes para a melhoria dos processos de trabalho em rede.

No que respeita às ações de formação, tiveram por objetivo principal a melhoria das metodologias adotadas pelos GAL para fomento da cooperação.

Refira-se ainda que no que respeita aos relatórios e manuais produzidos, estes tiveram como temas principais a competitividade empresarial, a inovação e empreendedorismo. O objetivo fundamental que se pretendeu atingir foi a melhoria das práticas de gestão adotadas pelos agentes, de modo a potenciar as suas capacidades competitivas nas respetivas áreas de atividade.

## 4 ESTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

### 4.1 EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA

Em 2012 o PRN apresentou uma execução financeira de 3.892 mil euros de despesa pública total e 3.374 mil euros de comparticipação FEADER. Esta execução corresponde ao dobro da dotação FEADER programada para o ano (1.696 mil euros), e permitiu cumprir e mesmo ultrapassar com folga a meta necessária para o cumprimento da regra n+2.

**Quadro 20: Execução financeira do PRN**

Un.: mil euros

Tipos de despesa com a rede rural nacional	Execução 2012		Execução [*] 2008-2012	
	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
a) Com o funcionamento da estrutura da rede rural nacional	3.403	2.918	4.255	3.344
b) Com a execução do plano de ação da rede rural nacional	489	456	1.450	937
<b>TOTAL</b>	<b>3.892</b>	<b>3.374</b>	<b>5.705</b>	<b>4.281</b>

[\*] Despesa declarada à COM - não inclui adiantamentos.

**Quadro 21: Cumprimento da regra n+2**

Un.: mil euros

Programação Financeira 2008-2010	Pré-financiamento (7% Fundo 2008-2013)	PPI Solicitados	Cumprimento da Regra N+2
1	2	3	4=2+3/1
4.252	825	4.281	120%

Em termos acumulados, a execução atingiu os 46% da dotação de Fundo programada para o período 2008-2013, correspondendo a um aumento de 38% da taxa de execução face ao ano anterior. Este resultado evidencia não só o enorme esforço feito pela gestão do Programa, mas também a imprescindível colaboração dos beneficiários que corresponderam em força ao apelo da AG no sentido de executarem com a máxima celeridade os seus PA.

Quanto à distribuição da execução para o período 2008-2013, em termos de Fundo por Áreas de Intervenção, aquela que mais se destaca é a AI 4 “Facilitação do acesso à informação” com uma taxa de execução de 80%, seguida das AI 5 “Funcionamento da rede rural” com 48%, AI 1 “Capitalização da experiência e do conhecimento” com 43%; AI 2 “Facilitação da cooperação” com 34% e AI 3 “Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural” com 33%, conforme se pode ver no quadro seguinte.

**Quadro 22: Indicadores de monitorização 2008-2012 (por Áreas de Intervenção)**

ÁREAS DE INTERVENÇÃO		Programação financeira 2008-2013 [1]		Compromissos assumidos		Contratos		Pagamentos aos beneficiários [2]		INDICADORES									
		Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2008-2013 (%)		Taxa de contratação (%)		Taxa de execução 2008-2013 (%)		Taxa de realização (%)	
Cód.	Designação	mil euros			3	mil euros		6	mil euros		mil euros		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública
		1	2	4		5	7		8	9	10	11=4/1	12=5/2	13=7/1	14=8/2	15=9/1	16=10/2	17=9/7	18=10/8
<b>EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA RRN</b>		<b>9.054</b>	<b>7.397</b>	<b>158</b>	<b>10.077</b>	<b>5.286</b>	<b>158</b>	<b>10.077</b>	<b>5.286</b>	<b>4.255</b>	<b>3.344</b>	<b>111%</b>	<b>71%</b>	<b>111%</b>	<b>71%</b>	<b>47%</b>	<b>45%</b>	<b>42%</b>	<b>63%</b>
AI1	Capitalização da experiência e do conhecimento	4.072	3.461	89	5.380	2.694	89	5.380	2.694	1.761	1.496	132%	78%	132%	78%	43%	43%	33%	56%
AI2	Facilitação da cooperação	1.058	828	23	1.057	538	23	1.057	538	413	280	100%	65%	100%	65%	39%	34%	39%	52%
AI3	Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural	2.457	1.980	34	2.191	1.140	34	2.191	1.140	894	662	89%	58%	89%	58%	36%	33%	41%	58%
AI4	Facilitação do acesso à informação	1.466	1.128	12	1.449	916	12	1.449	916	1.187	906	99%	81%	99%	81%	81%	80%	82%	99%
<b>FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DA REDE RURAL</b>		<b>2.676</b>	<b>1.938</b>	<b>30</b>	<b>3.167</b>	<b>1.612</b>	<b>30</b>	<b>3.167</b>	<b>1.612</b>	<b>1.450</b>	<b>937</b>	<b>118%</b>	<b>83%</b>	<b>118%</b>	<b>83%</b>	<b>54%</b>	<b>48%</b>	<b>46%</b>	<b>58%</b>
AI5	Funcionamento da rede rural	2.676	1.938	30	3.167	1.612	30	3.167	1.612	1.450	937	118%	83%	118%	83%	54%	48%	46%	58%
<b>TOTAL</b>		<b>11.730</b>	<b>9.336</b>	<b>188</b>	<b>13.243</b>	<b>6.898</b>	<b>188</b>	<b>13.243</b>	<b>6.898</b>	<b>5.705</b>	<b>4.281</b>	<b>113%</b>	<b>74%</b>	<b>113%</b>	<b>74%</b>	<b>49%</b>	<b>46%</b>	<b>43%</b>	<b>62%</b>

[1] Nova programação - C(2012) 2063 de 27-03-2012.

[2] Na coluna dos pagamentos aos beneficiários foram retirados os adiantamentos dado que estes não contribuem para a certificação de despesas à Comissão Europeia.

## 4.2 FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA

**Quadro 23: Fluxos financeiros com a COM**

Un.: euros

Pré-financiamento (7% Fundo 2008- 2013)	PPI Solicitados	PPI Reembolsados	Pagamentos da COM realizados	Pagamentos da COM por satisfazer
1	2	3	4=1+3	5=2-3
825.158	4.281.016	2.653.673	3.478.832	1.627.343

**Quadro 24: Pedidos de pagamento intermédios e reembolsos da COM**

Un.: euros

Pedidos de Pagamento Intermédios (PPI)		Data	Montante	Reembolsos da COM	Data	Montante
1º/2010	3º trimestre	10-11-2010	70.534	1º/2010	14-12-2010	70.534
2º/2010	4º trimestre	31-01-2011	372.552	2º/2010	24-02-2011	372.552
3º/2011	1º trimestre	15-04-2011	36.647	3º/2011	31-05-2011	36.647
4º/2011	2º trimestre	25-07-2011	63.551	4º/2011	01-09-2011	63.551
5º/2011	3º trimestre	04-11-2011	9.715	5º/2011	13-12-2011	9.715
6º/2011	4º trimestre	30-01-2012	353.804	6º/2011	07-03-2012	353.804
7º/2012	1º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2011</i>	30-04-2012	190.326 0,19	7º/2012	30-05-2012	190.326
8º/2012	2º trimestre	31-07-2012	969.319	8º/2012	31-08-2012	969.319
9º/2012	3º trimestre	09-11-2012	587.227	9º/2012	03-12-2012	587.227
10º/2012	4º trimestre	31-01-2013	1.627.343	10º/2012		
<b>TOTAL</b>			<b>4.281.016</b>	<b>TOTAL</b>		<b>2.653.673</b>

1º trimestre: engloba despesas de 1 Jan. a 31 Mar.

2º trimestre: engloba despesas de 1 Abr. a 30 Jun.

3º trimestre: engloba despesas de 1 Jul. a 15 Out.

4º trimestre: engloba despesas de 16 Out. a 31 Dez.

## 5 MEDIDAS ADOTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

### 5.1 MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

#### 5.1.1 ACOMPANHAMENTO

As ações de acompanhamento do Programa, para além do acompanhamento efetuado pelo OP no âmbito das suas competências, centram-se essencialmente a dois níveis:

- ❖ Acompanhamento e monitorização da execução do Programa.
- ❖ Acompanhamento desenvolvido no âmbito da análise e validação dos pedidos de pagamento.

A necessidade do cumprimento da regra n+2 em 2012, aliada a uma muito baixa taxa de execução do PRON no fim de 2011, obrigaram a gestão a centrar prioritariamente a sua atenção neste objetivo, o que se traduziu num acompanhamento muito estreito da evolução da sua execução e identificação de eventuais estrangulamentos existentes.

No que respeita ao primeiro nível do acompanhamento, foi efetuada uma monitorização constante da evolução da execução, através da produção de indicadores de acompanhamento semanais, o que permitiu à AG, em colaboração com os demais organismos envolvidos na gestão do Programa, tomar as medidas necessárias ao longo do ano para garantir o cumprimento das metas estabelecidas, nomeadamente o cumprimento do objetivo acima referido.

Neste âmbito, foram estendidas ao PRON várias medidas de simplificação já anteriormente aplicadas ao PRODER, no sentido de, sem perda de qualidade e rigor, melhorar os procedimentos. Dessas medidas, destacam-se a alteração do regulamento de aplicação das Áreas de Intervenção 1, 2, 3 e 4, implementada através da Portaria n.º 201/2012, de 2 de julho, que alterou Portaria n.º 501/2010, de 16 de julho, bem como a alteração das regras aplicáveis às alterações dos PA após contratação.

Este acompanhamento foi também efetuado de forma muito estreita junto dos promotores, seja através de reuniões ou de outro tipo de contatos, no sentido de promover a execução dos pedidos de

apoio dentro dos prazos estabelecidos, sensibilizando-os para as graves consequências que teria um novo incumprimento da regra n+2.

Relativamente ao segundo nível do acompanhamento referido, este é realizado pelas DRAP, AG, IFAP, DRACA da região autónoma dos Açores e SRARN da região autónoma da Madeira, no âmbito da análise de pedidos de pagamento.

### 5.1.2 AVALIAÇÃO

A AG do PRN tem vindo a dar seguimento aos esforços para melhorar a implementação do Programa, conforme referido no Relatório de Execução anterior, e em resposta às recomendações da Comissão Europeia na sequência do exercício de avaliação intercalar de dezembro de 2010, nomeadamente, o reforço do capital humano e de mecanismos de transmissão do conhecimento necessários ao funcionamento do Programa; a maior atenção às especificidades socioeconómicas e territoriais dos potenciais beneficiários; e a agilização de procedimentos e da tomada de decisão da AG.

Relativamente à recomendação de uma maior articulação entre os diferentes atores envolvidos nas atividades da rede e nos outros programas de desenvolvimento rural, não foi possível aprofundar esta questão em 2012 uma vez que não foram aprovadas novas candidaturas nas AI 1 a 4 devido à taxa de *overbooking* do PRN.

No entanto, e sem prejuízo do atrás referido, entende-se que existe uma ligação e articulação adequada, embora passível de melhoria, entre os agentes de desenvolvimento rural que são beneficiários do PRN e do PRODER. Esta ligação / articulação é garantida através de:

- ❖ Projetos apoiados pelo PRN que têm por objetivo avaliarem políticas de desenvolvimento rural;
- ❖ Projetos apoiados pelo PRN que têm por objetivo a melhoria de atividades passíveis de apoio através de outros PDR;
- ❖ Entidades que são simultaneamente beneficiárias do PRN e do PRODER;
- ❖ Atividades de divulgação apoiadas pelo PRN que abrangem temas apoiados por outros PDR.

## 5.2 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A Gestão do PRN passou para a competência da AG do PRODER a partir de 1 de fevereiro de 2012. Até então o registo informático das candidaturas foi efetuado nos sistemas informáticos do IFAP e aí permanece. No entanto, durante o ano de 2012, foi necessário criar um conjunto de ferramentas para melhorar o acompanhamento do Programa. Estas ferramentas foram desenvolvidas no SIPRODER e enumeram-se em seguida:

- ❖ Recolha da informação dos pagamentos através de *webservice* disponibilizado pelo OP;
- ❖ Registo informático da informação mais relevante dos projetos para efeitos de monitorização e acompanhamento da sua execução;
- ❖ Criação e desenvolvimento em complemento com o SIIFAP (Sistema de Informação do IFAP), da *interface* para gestão da informação referida no ponto anterior, e que possibilita a marcação de projetos como encerrados e desistidos e permite o registo das alterações financeiras dos mesmos;
- ❖ Desenvolvimento de quadro de monitorização da evolução dos projetos;
- ❖ Integração do PRN no sistema de monitorização de pagamentos da AG do PRODER;
- ❖ Envio de *e-mails* em série para os beneficiários do PRN;
- ❖ Envio ao IFAP, via *webservice*, da informação financeira referente à componente do IVA dos projetos de entidades públicas.

No âmbito da divulgação e promoção do Programa, a equipa do SIPRODER desenvolveu em 2012 um novo portal que se encontra disponível em: <http://prn.proder.pt>.

De acordo com a informação transmitida pelo OP, em 2012 foram introduzidas melhorias no respetivo sistema de informação, designadamente:

- ❖ Implementação dos procedimentos informáticos necessários à parametrização de novas taxas de cofinanciamento do PRN, não alterando os dados base das operações e criando, assim, condições de base para se retomarem as taxas de cofinanciamento iniciais, se necessário;

- ❖ Implementação de novas regras de validação no *webservice* de contratação, conferindo-lhe maior coerência quando da receção de dados de reanálise remetidos por parte das AG;
- ❖ Alteração à “Listagem de Pagamentos”, passando a mesma a evidenciar o número de resumo de pagamento, sempre que um pagamento tenha sido integrado em resumo, permitindo às entidades protocoladas acompanhar, por antecipação, os pagamentos que o IFAP irá efetuar;
- ❖ Criações de novo certificado digital, permitindo às entidades não responsáveis pelas análises de pedidos de pagamento acederem ao módulo de gestão documental do IFAP de uma dada operação;
- ❖ Implementação de novo módulo de encerramento de operações e de acompanhamento de outras obrigações contratuais, permitindo a criação automática de movimento de operação concluída, ou o seu registo manual, em caso de montantes divergentes do plano financeiro previsional, bem como movimentos adicionais intermédios de acompanhamento de outras obrigações contratuais até à inclusão de movimento de conclusão das obrigações contratuais;
- ❖ Criação em *backoffice* de nova funcionalidade para marcação das operações em ações de controlo diversas, como por exemplo auditorias de diverso âmbito, bem como nova listagem no módulo *iDigital* que permite o acompanhamento dessas auditorias;
- ❖ Criação no módulo *iDigital* da Ficha Individual da Operação (FIO), que permite de forma simples, obter toda a informação relevante associada a uma dada operação;
- ❖ Criação de nova funcionalidade que passou a permitir aos beneficiários a submissão de novo pedido de pagamento, encontrando-se o anterior lançado em conta corrente, incluindo o aviso automático ao beneficiário via *e-mail*;
- ❖ Alterações significativas à forma de apresentação e alertas aos beneficiários e entidades gestoras das operações, sempre que os pedidos de pagamento de uma operação foram colocados em reanálise;
- ❖ Inclusão de novos detalhes de movimentos na listagem "Consulta de Movimentos da Operação/Pedidos de Pagamento".

### 5.3 SISTEMAS DE CONTROLO

Em termos da atividade de controlo regulamentar, foram realizados os trabalhos de certificação de contas do OP - IFAP, no âmbito do Regulamento nº 885/2006 da Comissão de 21 de Junho, pela autoridade competente e de auditoria - a IGF (Inspeção-Geral de Finanças).

Na sequência do plano anual de controlos, foram realizados os controlos de natureza física específicos do FEADER, previstos no Regulamento (CE) nº 65/2011, nomeadamente, os controlo *in loco* (artigo 26º) realizados pelo IFAP. Relativamente ao controlo *ex-post* (artigo 29º) realizado pela IGAMAOT (Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território) não foi selecionada nenhuma operação em 2012.

Quanto a auditorias *ad-hoc*, foi realizada uma auditoria em 2012 pelo Tribunal de Contas Português sobre as «Ações de Dinamização do Desenvolvimento Rural – PRN», que teve como objetivo a apreciação da gestão global das ações de dinamização do desenvolvimento rural abrangidas pelo PRN, centrada na avaliação dos resultados alcançados a nível físico e financeiro e dos sistemas de informação e controlo, bem como na análise da legalidade e da regularidade das operações efetuadas, com especial incidência sobre a execução relativa ao ano de 2011.

### 5.4 PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES VERIFICADOS NA GESTÃO DO PROGRAMA

Em 2012, a principal dificuldade sentida, centrou-se essencialmente em atingir um aumento da taxa de execução do Programa, que permitisse não voltar a correr o risco de incumprimento da regra n+2.

Esta dificuldade decorreu de vários fatores, dos quais se destacam:

- ❖ Dificuldades sentidas pelas entidades públicas, face à atual conjuntura de forte restrição financeira de, em tempo útil, dar a devida sequência aos procedimentos necessários para efetuar as aquisições de bens e serviços previstos;
- ❖ Acréscimo da dificuldade das entidades privadas em terem acesso aos adiantamentos previstos no Programa, por forma a conseguirem a necessária liquidez para dar sequência às atividades aprovadas, devido ao aumento das restrições impostas pelo setor bancário no que concerne à prestação de garantias bancárias;

- ❖ Baixa taxa de submissão de pedidos de pagamento por parte dos promotores, essencialmente durante o primeiro semestre do ano;
- ❖ Dificuldades na execução das candidaturas nos moldes da sua aprovação inicial, dado o grande lapso de tempo decorrido entre a sua submissão e a data da sua efetiva aprovação.

No sentido de procurar ultrapassar essas dificuldades foram adotadas várias medidas, das quais se destacam:

- ❖ Realização de reuniões com os promotores, privados e públicos, no sentido de identificar os principais problemas e sensibiliza-los para a extrema necessidade das candidaturas serem executadas conforme os calendários aprovados, sob pena da dotação financeira do Programa poder sofrer novas reduções;
- ❖ Envio, via correio eletrónico, de vários alertas a todos os promotores no sentido de chamar a atenção para a necessidade da execução atempada das candidaturas;
- ❖ Disponibilização regular nos *sites* do PRRN e do PRODER de informação relativa à evolução da execução do Programa;
- ❖ Foram estendidas ao PRRN várias medidas de simplificação já anteriormente aplicadas ao PRODER no sentido de, sem perda de qualidade e rigor, melhorar os procedimentos, nomeadamente os relativos às alterações dos PA após contratação;
- ❖ Eliminada a limitação dos adiantamentos a conceder no âmbito dos PA não poderem ultrapassar os 20% da despesa pública aprovada.

## 5.5 EXAME ANUAL DO PROGRAMA

A reunião do Exame Anual do PRODER realizou-se em 17 de dezembro de 2012, em Bruxelas, e contou com a participação da AG, do OP (IFAP), do GPP e de vários representantes da Comissão Europeia - DG AGRI.

No âmbito deste Exame Anual, o primeiro com a atual AG, foi apresentado à Comissão o caminho percorrido desde fevereiro de 2012, data da transição da gestão para a AG do PRODER, e que teve como principal objetivo minimizar o risco de incumprimento da regra n+2 em 2012.

O ponto de situação apresentado pela AG, reportado ao início de dezembro de 2012, deu evidência da evolução registada, sobretudo no segundo semestre do ano, em que o Programa atingiu um nível de execução que permitiu, pela primeira vez desde o seu início, cumprir, com folga, a regra n+2. O Programa executou entre fevereiro e dezembro de 2012 quase o dobro do montante executado até janeiro de 2012, tendo passado de uma taxa de execução de 8% para 43% no início de dezembro de 2012 (de notar que para cumprir a regra n+2 em 2012 era necessário atingir uma taxa de execução de 41%).

Foi ainda apresentado, com detalhe, o nível de execução de cada uma das Áreas de Intervenção do Programa e abordadas as atuais dificuldades de execução, em particular dos beneficiários públicos do Programa responsáveis por grande parte dos projetos aprovados, que decorrem sobretudo das restrições impostas pela Lei dos compromissos.

Foi também abordado, a propósito de uma das recomendações decorrentes da avaliação intercalar do Programa – o reforço da articulação das atividades da rede com as atividades desenvolvidas nos outros programas de desenvolvimento rural, a articulação existente entre as atividades da Rede e do PRODER, tendo a AG dado exemplos de projetos em curso que apontam nesse sentido e evidenciado o facto de cerca de 50% dos beneficiários da Rede serem também beneficiários do PRODER.

A Comissão felicitou a AG pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano, que se traduziu no aumento significativo da taxa de execução do Programa, permitindo o cumprimento da regra n+2 em 2012 e considerou que as autoridades nacionais responderam de forma esclarecedora às matérias abordadas no Exame Anual, pelo que, na sequência deste encontro não identificou a necessidade de apresentar quaisquer observações nos termos do nº 2, do artigo 83º do Regulamento (CE) nº 1698/2005.

## 5.6 REUNIÃO DO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

A reunião anual do Comité de Acompanhamento do Programa foi realizada em 27 de junho de 2012.

Neste fórum, que visa assegurar a eficácia e a qualidade de execução do Programa, foram abordados e discutidos os seguintes pontos:

- ❖ Procedimentos de simplificação e agilização das regras aplicáveis ao PRRN na sequência da transferência da gestão do Programa para a AG do PRODER: foram aplicados no PRRN procedimentos idênticos aos que tinham sido introduzidos no PRODER e que originaram muito bons resultados. Esses procedimentos traduziram-se em simplificações no regulamento de aplicação das quatro Áreas de Intervenção do PRRN, foi introduzida a possibilidade dos adiantamentos passarem

a poder ascender a 50% do apoio público aprovado e foi introduzida flexibilidade nas regras de alteração dos projetos, dentro dos seus objetivos e sem aumentos dos montantes aprovados. Foi efetuada uma ampla divulgação dos procedimentos simplificados junto dos beneficiários do Programa.

- ❖ Ponto de situação do PRRN – execução reportada a junho de 2012, incluindo a evolução do Programa desde o seu início e perspetivas futuras:
  - Foi efetuada uma análise do difícil estado de execução em que o PRRN se encontrava aquando da transição da gestão;
  - Foram comunicadas e refletidas com os membros do Comité as consequências que esse estado de execução originou, quer ao nível das aprovações, quer da execução;
  - Foram apresentados os trabalhos desenvolvidos nos primeiros quatro meses após a transição da gestão, em particular os que foram desenvolvidos em estreita articulação com as entidades beneficiárias do Programa, com o objetivo de acelerar a execução dos seus projetos;
  - Foi efetuada a avaliação da dimensão do desafio de execução futuro, traduzido no cumprimento da regra n+2 em 2012, que na data do Comité era ainda uma meta de difícil alcance apesar da execução registada nos primeiros quatro meses da atual gestão ter passado de 1,8 para 2,9 milhões de euros de despesa pública;
  - Foram apresentados aos membros do Comité dois possíveis cenários para o segundo semestre do ano: um cenário mais otimista, com o cumprimento da regra n+2 e outro em que não se verificaria o cumprimento da regra no final de 2012.

No caso do primeiro cenário - aquele que se verificou no final do ano – a AG informou que era sua intenção dar início, em janeiro de 2013, a um exercício de monitorização semelhante ao que foi efetuado no PRODER com a chamada “operação limpeza”. O objetivo é poder realocar, em tempo útil, as verbas que eventualmente sejam libertadas por desistências de projetos ou por execuções em valor inferior ao aprovado, para o financiamento de novos projetos. Os membros do Comité mostraram estarem mobilizados para esta proposta de atuação da gestão que, a originar libertação de verbas para além das necessárias para cobrir o atual *overbooking*, terá que passar por uma avaliação das condições em que se efetuarão as novas aprovações e pelo ajustamento das regras a aplicar em função da realidade atual.

- ❖ Aprovação do Relatório de Execução de 2011: a responsabilidade de elaboração do Relatório foi assumida pela AG anterior uma vez que o documento incide exclusivamente sobre o ano de 2011; o Relatório foi distribuído numa versão preliminar a todos os membros do Comité para recolher os seus contributos, os quais foram introduzidos na versão apresentada ao Comité, a qual foi aprovada e enviada à Comissão Europeia em 27 de junho de 2012.
- ❖ Informação sucinta sobre as matérias abordadas no Exame Anual realizado em outubro de 2011, ainda com a anterior AG.

Durante o ano de 2012, o Comité de Acompanhamento pronunciou-se também, através de procedimento de consulta escrita, sobre as alterações financeiras ao Programa propostas à Comissão Europeia em fevereiro de 2012, decorrentes da alteração da taxa de cofinanciamento para 85% e da perda de dotação FEADER decorrente do incumprimento da regra n+2 em 2011.

## 5.7 MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR QUE O PROGRAMA É OBJETO DE PUBLICIDADE

Quando a AG do PRODER assumiu a responsabilidade pela gestão do PRRN, herdou a respetiva Estratégia de Comunicação tendo optado por não alterar esse documento orientador, adaptando-o sim à dinâmica comunicacional seguida pelo PRODER. Assim, foi estabelecida desde logo uma interligação entre o PRODER e o PRRN em todas as multiplataformas comunicacionais utilizadas, prática que se revelou amplificadora das mensagens que cada um dos Programas comporta e um meio muito eficaz de transmissão da informação. A comunicação PRRN foi assim redesenhada à escala do Programa e dos seus principais interessados.

De seguida reportam-se as principais ações de comunicação e informação desenvolvidas no ano de 2012.

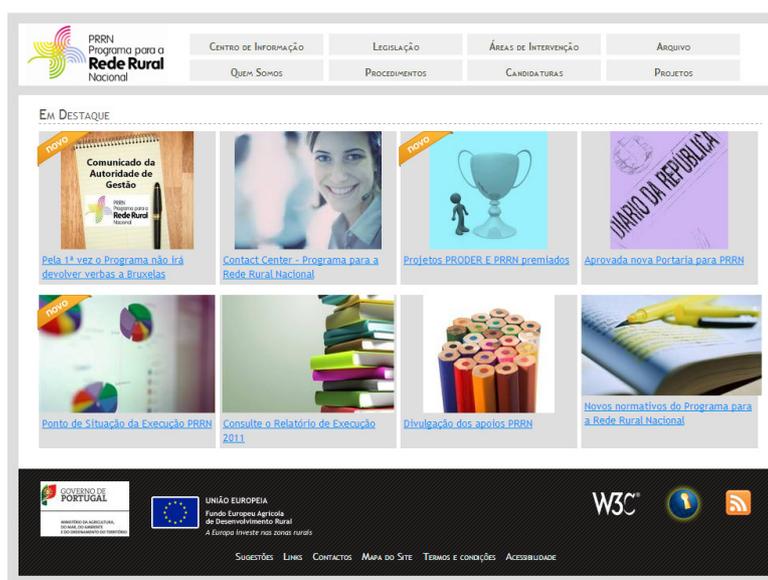
### 5.7.1 SITE DO PRRN

Entendido como o eixo mais imediato da comunicação deste Programa com os seus públicos-alvo, a sua principal porta de entrada, o *site* do PRRN constituiu uma das tarefas que mereceram maior atenção por parte da AG. A rapidez, a facilidade e o baixo custo de acesso à informação proporcionados pela *internet*, bem como a possibilidade de disponibilizar imediatamente consideráveis volumes de informação, fazem do *site* um meio privilegiado de divulgação e informação sobre o Programa.

Desenhado em 2009, o *site* do PRRN necessitou em 2012 de acompanhar o novo momento de comunicação do Programa. O *layout* e funcionalidades existentes não estavam a responder às necessidades dos novos conteúdos permanentemente atualizados, bem como a existência de um espaço exclusivamente dedicado às notícias/publicação de resultados, foram fatores que motivaram a repensar o futuro desta plataforma.

Os trabalhos de arquitetura do novo *site*, com um novo endereço eletrónico, importação de todos os conteúdos do anterior, criação e edição de novos menus e demais tarefas de otimização, foram iniciados no início de 2012 e o *site* renovado foi inaugurado a 26 de junho de 2012.

Figura 8: Publicidade - Nova homepage do PRRN



Em linha com a orientação geral de utilizar as plataformas de comunicação PRODER para propagar de modo eficaz e eficiente a mensagem do PRRN, os principais conteúdos do Programa publicados no novo *site* são também colocados *online* no portal PRODER.

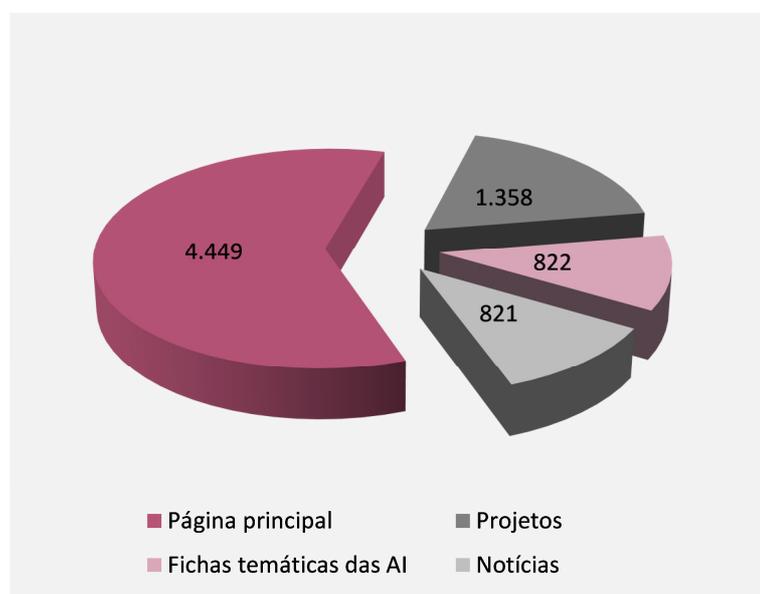
Os trabalhos de renovação do *site* permitiram ainda a adoção de um serviço de monitorização e reporte da estatística mensal de acesso (Google Analytics®), possibilitando a medição, por exemplo, do fluxo de visitantes, tempo médio gasto em cada página, tempo médio de carregamento de cada página, taxa de rejeições e de saídas.

Em 2012 a maioria dos visitantes representavam utilizadores que recorreram ao *site* do PRRN mais do que uma vez para obter informação ou, simplesmente para consultar novidades, sendo que os novos visitantes têm uma expressão de cerca de 46%.

**Quadro 25: Publicidade - Indicadores *site* em 2012**

Indicadores Site	2012
Nº visitantes	3.408
Nº total de visualizações de página	22.452

**Figura 9: Publicidade - Conteúdos mais visitados no *site* em 2012**



### 5.7.2 CONTACT CENTER

Plataforma de comunicação por excelência com os beneficiários, o sistema integrado de comunicação foi também alargado ao público-alvo do PRRN. De uma forma direta, célere e eficaz, os seus

beneficiários, efetivos ou potenciais, passaram a ter disponível uma plataforma para exposição de dúvidas, apresentação de sugestões ou resolução de problemas diversos.

#### ENDEREÇO DE CORREIO ELETRÓNICO – PRODER@GPP.PT

É de relevar que o tempo médio de resposta (4 dias) atingido no ano de 2012 é inferior ao prazo limite de resposta estabelecido inicialmente pela AG – 7 dias.

Coincidindo com a colocação *online* do site renovado, a partir do mês de julho verificou-se um crescimento da correspondência eletrónica com o público-alvo do PRN, superior até ao registado em fevereiro, momento em que a gestão do Programa passou para a esfera da AG do PRODER e PRN.

Quadro 26: Publicidade - Indicadores correio eletrónico em 2012

Indicadores Endereço Eletrónico	2012
Nº total de e-mails recebidos	1.012
Nº total de esclarecimentos prestados	392
Tempo médio de resposta	4 dias

#### TELEFONE – LINHA VERDE

A linha telefónica de atendimento funciona entre as 9h00 e as 19h00, todos os dias úteis da semana. Ao contrário do comportamento registado com os *e-mails* rececionados, a Linha Verde assinalou o seu maior pico de 2012 no mês de maio.

**Quadro 27: Publicidade - Indicadores Linha Verde em 2012**

Indicadores Linha Verde	2012
Nº telefonemas recebidos	1.220
Nº questões respondidas	1.331

Quem procura a Linha Verde como meio privilegiado para obter esclarecimentos são, naturalmente, as associações, cooperativas e confederações (representando mais de metade dos contactos telefónicos) seguidos pelas entidades públicas (25%) e pelos agricultores (10%).

### 5.7.3 BOAS PRÁTICAS DA DIVULGAÇÃO DO PRRN

Para além das sessões de divulgação, promovidas pelos beneficiários do Programa e documentadas no relatório de atividades da ETA, também a Gestora contribuiu em diversas ocasiões, enquanto oradora, para veicular a informação junto do público do PRRN.

**Figura 10: Publicidade - Sessão de divulgação**



#### 5.7.4 COMUNICAÇÃO INTERNA

---

O Programa beneficiou dos canais e instrumentos de comunicação habitualmente utilizados pela AG do PRODER, designadamente a disponibilização diária do *clipping* eletrónico e a difusão também diária da legislação nacional e comunitária, bem como a divulgação das mais relevantes tomadas de decisão/novos procedimentos da AG, em formato comunicado.

## 6 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

Durante o ano de 2012, todas as regras relativas à concorrência, à contratação pública, à proteção e melhoria do ambiente, à promoção da igualdade entre os géneros e à não discriminação, aplicáveis ao PRRN, foram cumpridas em conformidade com as políticas comunitárias.

### 6.1 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONCORRÊNCIA

As medidas previstas no âmbito do PRRN encontram-se dentro das condições e limites do Regulamento (CE) nº 1.698/2005, de 20 de setembro, e não se prevê financiamento nacional adicional.

### 6.2 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONTRATAÇÃO PÚBLICA

As regras relativas à contratação pública encontram-se acauteladas através do controlo administrativo efetuado a todas as operações cujos beneficiários sejam organismos do Estado, com o integral respeito pela legislação comunitária e nacional, nomeadamente o Decreto-lei nº 197/99, de 8 de junho, que estabelece as regras da concorrência e dos contratos públicos, sucedido pelo Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, cuja aplicabilidade se iniciou em julho de 2008.

### 6.3 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À PROTEÇÃO E MELHORIA DO AMBIENTE

O PRRN tem assegurado através do controlo administrativo e do controlo *in loco* o cumprimento das regras relativas à proteção e melhoria do ambiente.

## 6.4 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À IGUALDADE ENTRE OS GÉNEROS E À NÃO DISCRIMINAÇÃO

O PRN incorpora as disposições do Artigo 8º do Regulamento (CE) nº 1.698/2005, de 20 de setembro, relativas à igualdade entre homens e mulheres e não discriminação, na medida em que os requisitos exigidos prendem-se com as condições relativas ao exercício da atividade e necessárias à implementação dos investimentos propostos.

Todas as pessoas, independentemente do género, raça, religião ou orientação política, que preencham aqueles requisitos, estão em condições de beneficiar dos apoios.

São preocupações transversais do PRN a atenuação de desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres e entre grupos etários através nomeadamente dos seguintes aspetos:

- ❖ Assegurar que a informação sobre o Programa seja clara e acessível a todos os potenciais interessados, garantindo-se condições para mobilizar a sua participação;
- ❖ No processo de consulta a agentes económicos e sociais, foram incluídas organizações representativas das mulheres em meio rural;
- ❖ Nas medidas disponibilizadas, são criadas condições mais propícias a uma cidadania ativa e participativa, independentemente do género;
- ❖ No processo de acompanhamento e avaliação, será possível integrar os resultados obtidos através dos indicadores específicos, permitindo a aferição dos objetivos transversais a atingir.

## 7 REUTILIZAÇÃO DOS MONTANTES RECUPERADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 33º DO REGULAMENTO (CE) Nº 1.290/2005

O Regulamento (CE) nº 1.290/2005 do Conselho, de 21 de junho, relativo ao financiamento da PAC, prevê no seu artigo 33º (disposições específicas para as irregularidades do FEADER) que os EM devem efetuar correções financeiras em resultado do pagamento de algum montante indevido por fraude e negligência.

Estas correções são efetuadas através da anulação total ou parcial do financiamento comunitário em questão, de acordo com o sistema de recuperação de verbas da responsabilidade do OP.

Deste modo, os montantes excluídos do financiamento comunitário e os recuperados, bem como os respetivos juros, ocorridos no âmbito do PRRN, são reafectados para operações previstas no Programa de acordo com os seus procedimentos de recuperação.

Estes fundos só podem ser reutilizados ou recuperados para operações no âmbito do mesmo Programa, desde que não sejam reafectados a operações que tenham sido objeto de uma correção financeira.

Ficou desta forma garantida a afetação do financiamento comunitário recuperado às mesmas áreas / operações do Programa

De acordo com a informação disponibilizada pelo OP os resultados são os que se apresentam em seguida.

**Quadro 28: Recuperações - Base de dados de devedores a 31-12-2012**

Un.: euros

Situação		Nº processos	Valores a recuperar	Valores recuperados	Valores em débito
Abertos	Em Curso	0	0	0	0
	Suspensos	0	0	0	0
Encerrados	Saldados	5	226.258	226.258	0
	Arquivados	0	0	0	0
	Incobráveis	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>5</b>	<b>226.258</b>	<b>226.258</b>	<b>0</b>

**ANEXO – LISTA DE PROJETOS APOIADOS PELO PRN A 31-12-2012**

			Un.: euros		
AI	Designação da operação	Beneficiário	Despesa pública aprovada		
1	À Descoberta do Mundo Rural	ANIMAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL ICE - INSTITUTO DAS COMUNIDADES EDUCATIVAS	58.119 127.547		
	A Mulher e a Agricultura: Factores de Diferenciação da Região Demarcada do Douro	AVIDOURO - ASSOCIAÇÃO DE VITIVINICULTORES INDEPENDENTES DO DOURO	70.478		
	ASAS - Aldeias Sustentáveis e Activas	ANIMAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE MOURA ICE - INSTITUTO DAS COMUNIDADES EDUCATIVAS	217.641 43.903 61.506		
	Biodiversidade a Seus Pés	ALMARGEM - ASSOCIAÇÃO DEFESA PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DO ALGARVE	55.245		
	Boas Práticas Agrícolas para Uso Sustentado dos Efluentes Pecuários	AGROS - UNIÃO DAS COOP. PROD. DE LEITE DE ENTRE DOURO E MINHO E T-M, UCRL DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE ESCOLA SUPERIOR AGRARIA DE COIMBRA INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO LACTICOOP - UNIAO COOPERATIVAS PRODUTORES LEITE ENTRE DOURO MONDEGO, UCRL UNIVERSIDADE TRAS MONTES ALTO DOURO	24.120 55.459 47.356 71.685 43.338 106.210 22.101 73.358		
			Boas Práticas Empreendedoras em Meio Rural	MONTE - DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL, ACE	63.117
			Capacitação de Explorações Agrícolas para a Certificação de Sustentabilidade	LIGA PARA A PROTECÇÃO DA NATUREZA	49.573
			Contribuição p/o Aumento da Rentabilidade e da Sustentabilidade Ambiental dos Regadios a Sul do Tejo	CENTRO OPERATIVO E DE TECNOLOGIA DE REGADIO INSTITUTO POLITECNICO DE PORTALEGRE INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA	11.359 65.010 25.447
			Corknow-how: Conhecimento Suberícola em Rede	UNAC - UNIÃO DA FLORESTA MEDITERRÂNICA	108.408
			Criação de Valor na Produção Nacional de Cereais, Oleaginosas e Proteaginosas	ANPOC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PRODUTORES DE CEREAIS INSTITUTO NACIONAL DE RECURSOS BIOLÓGICOS, IP	52.969 12.989
	Debate sobre as Estratégias Locais de Desenvolvimento e os Modelos da Governança na Região Alentejo	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO GPP - GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS MONTE - DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL, ACE UNIVERSIDADE DE ÉVORA	30.423 5.554 12.991 30.820		
			Definição Metod. p/Valor. e Gestão Bacias Hidrográficas e Sítios de Interesse Natural em Territórios Rurais	ADER-SOUSA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DAS TERRAS DO SOUSA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DAS TERRAS DE SANTA MARIA	149.777 55.741
	Desenvolvimento e Inovação do Regadio	FENAREG - FEDERAÇÃO NACIONAL DE REGANTES DE PORTUGAL ADL - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO LITORAL ALENTEJANO ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO RURAL DA CHARNECA RIBATEJANA LEADERSOR - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO SOR	75.360 8.554 4.923 7.110		
			Desenvolvimento e Promoção do "Guia de Apoio às Explorações Agrícolas"	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	5.300
	Difundir Boas Práticas p/ Melhoria Eficiência Ovinicultura S. Estrela e Inform. Dinamizadora Sector	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO ESTRELACOOP - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE QUEIJO SERRA DA ESTRELA, CRL	140.312 69.165		
	Disseminação de Boas Práticas para a Biodiversidade na Aplicação de Compromissos Agro-ambientais	CAP - CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL LIGA PARA A PROTECÇÃO DA NATUREZA	29.680 45.399		
	Efeito do Sistema de Normalização Contabilística na Agricultura	CAP - CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	127.013		
	Empreender na Fileira das PAM em Portugal	ANIMAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE MOURA	95.432 91.873		
			Empresas e Biodiversidade - Mundo Rural	QUERCUS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	33.353
	ENOTURIS	ADREPES - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL APRODER - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL DO RIBATEJO ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO NORTE TAGUS - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO INTERIOR	78.914 9.914 13.020 2.234		

AI	Designação da operação	Beneficiário	Despesa pública aprovada
1	Escola de Verão para o Desenvolvimento Rural	MONTE - DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL, ACE	74.613
	Estudo e Valorização do Património Rural da Região da Beira Serra	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JOVENS AGRICULTORES E DO DESENVOLVIMENTO RURAL	50.780
	FURURURAL - As Boas Práticas como Factor de Desenvolvimento do Mundo Rural	NERPOR - NUCLEO EMPRESARIAL REGIAO PORTALEGRE	68.873
	ICCER - Indústrias Culturais e Criativas em Espaços Rurais	ADER-SOUSA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DAS TERRAS DO SOUSA	25.930
		ADRIL - ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO LIMA	25.721
		ADRIMAG - ASSOCIAÇÃO DE DESENV. INTG. SERRAS DE MONTEMURO ARADA E GRALHEIRA	25.930
		ADRIMINHO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO VALE DO MINHO	39.649
		ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DAS TERRAS DE SANTA MARIA	25.930
		ATAHCA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS TERRAS ALTAS DO HOMEM CÁVADO	25.930
		DOLMEN - COOPERATIVA DE FORMAÇÃO EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO BAIXO TAM.	25.930
		PROBASTO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE BASTO	25.930
	SOL DO AVE - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO VALE DO AVE	25.930	
	III Congresso Nacional de Rega e Drenagem - III CNRD	CENTRO OPERATIVO E DE TECNOLOGIA DE REGADIO	18.775
	Iniciativa Rural - Saber Mais, Para Fazer Melhor	CONFAGRI - CONF. NAC. DAS COOP. AGRIC. E CREDITO AGRIC. DE PORTUGAL, CCRL	334.928
	Inov. e Empreendedorismo M. Rural. Identif. e Divulg. de Boas Práticas nos Sectores Agríc. e Agro-Industrial	AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	36.524
		INOVISA - ASSOCIAÇÃO PARA A INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	51.765
	Inovação Aberta como Ferramenta de Competitividade das Empresas Alimentares	INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA	66.947
		TAGUS - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO INTERIOR	29.575
	Intervenção Integrada e Qualificada nos Territórios Rurais	MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	54.760
	Jovem Empresário Rural: Um novo Conceito para Potenciar o Desenvolvimento Rural	AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	329.110
	Manual Boas Práticas de Colheita e Consumo de Cogumelos Silvestres e Guia do Campo Espécies Cogumelos	AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL	27.725
		DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	79.541
	PITI - Plataforma Integrada de Transferência e Inovação	TERRAS DENTRO - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	58.066
	Princípios, Práticas e Políticas na Construção de Desenvolvimento Local-Rural: Casos de Sucesso	ASSOCIAÇÃO ESTUDO DEFESA PATRIMONIO NATURAL CULTURAL CONCELHO DE MERTOLA	132.097
	Produção de Energias Alternativas na Exploração Agrícola	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	56.215
	Produção e divulgação de conteúdos potenciadores do desenvolvimento rural	CNA - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA	121.890
	Projecto 5x5 - 5 Mil Casas em 5 Redes: Redes Temáticas Integradas de Turismo Rural	PRIVETUR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TURISMO NO ESPAÇO RURAL	127.616
	Promoção da Aquisição de Competências e Novos Conhecimentos para os Grupos de Acção Local	GPP - GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS	10.470
	Promover Identif., Análise e Difusão de Boas Práticas Desenv. Empresarial e Valoriz. Prod. Agro-alimentar	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	8.428
		INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA	31.744
UNIVERSIDADE TRAS MONTES ALTO DOURO		52.730	
Rede Comércio Sustentável Parques com Vida em Territórios de Área Protegida no Norte de Portugal	ASSOCIAÇÃO PARQUES COM VIDA	50.674	
	CORANE - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DOS CONCELHOS DA RAIÁ NORDESTINA	10.480	
	DOURO SUPERIOR, ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	5.598	
	INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DA REGIÃO DO NORTE - IDARN	4.644	
	UNIVERSIDADE TRAS MONTES ALTO DOURO	59.112	
Roteiro Temático - Desenvolvimento Local nos Territórios Rurais	MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	65.087	
RUR@L INOV - Inovar em Meio Rural	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	62.579	
	UNIVERSIDADE TRAS MONTES ALTO DOURO	119.593	
Turismo de Aldeia como Potencial de Dinamização Económica dos Núcleos Rurais	ATA - ASSOCIAÇÃO DO TURISMO DE ALDEIA	134.964	
Turismo em Áreas Rurais: Identificação, Promoção e Disseminação de Boas Práticas	LIGA PARA A PROTECÇÃO DA NATUREZA	48.748	
Valorização de Serviços Ambientais de Agro-ecossistemas em Áreas Protegidas	QUERCUS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	82.699	
	UNIVERSIDADE TRAS MONTES ALTO DOURO	75.794	
		89	5.379.826

Un.: euros				
AI	Designação da operação	Beneficiário	Despesa pública aprovada	
2	Aprofundamento e Debate Cooperação entre Territórios - Criação e Desenv. Oficinas Cooperação	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE GPP - GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS	1.396 2.503	
	Encontro de Cooperação com Países Lusofonos - Torres Novas 2010	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO NORTE	102.846	
	Geminações - Realidade e Oportunidades	ADRUSE - ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO RURAL SERRA ESTRELA PRÓ-RAIA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA RAIA CENTRO NORTE RAIA HISTORICA - ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA	107.538 45.881 88.462	
	II Encontros Europeus LEADER Periurbanos	ADREPES - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL	81.253	
	Lusofonia e Desenvolvimento Rural		ADAE - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA ALTA ESTREMADURA	6.569
			ADICES - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	6.738
			ADRMAG - ASSOCIAÇÃO DE DESENV. INTG. SERRAS DE MONTEMURO ARADA E GRALHEIRA	22.758
			ADRIMINHO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO VALE DO MINHO	6.744
			ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DAS TERRAS DE SANTA MARIA	19.265
			ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO NORTE	172.064
			ATAHCA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS TERRAS ALTAS DO HOMEM CÁVADO	16.102
			CORANE - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DOS CONCELHOS DA RAIA NORDESTINA	15.869
			PINHAL MAIOR - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO PINHAL INTERIOR SUL	12.072
			PRÓ-RAIA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA RAIA CENTRO NORTE	22.561
Reforço de Competências para a Cooperação em Territórios Rurais - o CRDR do Monte	MONTE - DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL, ACE	86.534		
RIOS - Rede de Inovação e Oportunidades para a Sustentabilidade	ASSOCIAÇÃO ESTUDO DEFESA PATRIMONIO NATURAL CULTURAL CONCELHO DE MERTOLA ASSOCIAÇÃO TERRAS DO BAIXO GUADIANA	63.135 14.061		
Territorios Rurais em Rede	MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	53.516		
Territórios Rurais em Rede II	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	38.412 71.143		
<b>23</b>			<b>1.057.422</b>	
3	Aprofundar o Conhecimento sobre a Importância da Fileira do Leite e Prosp. a Evolução desse Sector	DIRECÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA AGRICULTURA	126.050	
	Avaliação Contínua do Programa da Rede Rural Nacional	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	1.685	
	Avaliação do Impacto do Acomp. Técnico na Sustentabilidade da Instalação dos Jovens Agricultores	AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	127.036	
	Ciclo de Seminários - Agricultura e Desenvolvimento Rural	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO GPP - GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS	1.827 114.464	
	Desenv. de Indicadores Agro-ambientais para a Identificação dos efeitos das Políticas sobre o Mundo Rural	GPP - GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS INSTITUTO NACIONAL DE RECURSOS BIOLÓGICOS, IP	71.071 88.002	
	Dinâmicas e Políticas para o Desenvolvimento Rural		ANIMAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	103.376
			INSTITUTO NACIONAL DE RECURSOS BIOLÓGICOS, IP	12.959
			INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA	13.832
			ROTA DO GUADIANA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	21.064
	Exportação no Sector Agrícola e Agro-alimentar: Análise Prospectiva e Estudo de Benchmarking		AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL INOVISA - ASSOCIAÇÃO PARA A INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO, IP	112.726 44.003 4.016
			CAP - CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL LIGA PARA A PROTECÇÃO DA NATUREZA SPEA - SOCIEDADE PORTUGUESA PARA O ESTUDO DAS AVES	105.605 7.924 86.071 29.525

Un.: euros

AI	Designação da operação	Beneficiário	Despesa pública aprovada
3	Implement. e Avaliação dos Instrumentos de Política para o Desenvolvimento Rural - Facilitar processos e observar Desenv.	GPP - GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS SPEA - SOCIEDADE PORTUGUESA PARA O ESTUDO DAS AVES	161.810 65.182
	Instalação de Jovens Agricultores: Factores que determinam o sucesso	AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL GPP - GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS	119.451 7.770
	Instrumentos de Engenharia Financeira e Polit. de Prom. de Eficiência Energética na PAC pós 2013	CAP - CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL CONFAGRI - CONF. NAC. DAS COOP. AGRIC. E CREDITO AGRIC. DE PORTUGAL, CCRL	19.423 17.577
		GPP - GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	41.096 18.870
		GPP - GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS	95.868
	Internacionalização do Turismo em Meio Rural	GPP - GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS	349.524
	O Espaço Rural Português face à Reforma da PAC pós 2013	CNA - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA GPP - GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS	27.385 520
	Política Agrícola e Alimentar Comum para o pós 2013 na Óptica da Soberania Alimentar	CAP - CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL LIGA PARA A PROTECÇÃO DA NATUREZA	66.627 71.730
	Projeto Piloto Aval. Adequabilidade Impacto Implementação Medidas Increm. Biodiversidade Exp. Agric. Continente	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PASCAS DO ALENTEJO MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	8.729 47.729
		<b>34</b>	<b>2.190.527</b>
4	1º Congresso Europeu das Áreas Comunitárias	BALADI - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS BALDIOS	71.883
	1º Congresso Galaico-Transmontano das Áreas Comunitárias	FAGRORURAL - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES AGRO-FLORESTAIS TRANSMONTANAS	28.679
	Comunicação para o Desenvolvimento Territorial	MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	302.943
	Criação, Desenvolvimento e Actualização do Sítio da RRN e Edição de Publicações	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	190.146
	Divulgação e Sensibilização	CNA - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA	43.350
	Edição, Publicação: "Eficiência Energética no Regadio", "Protocolo Audit. Energética em Estações Elevatórias"	CENTRO OPERATIVO E DE TECNOLOGIA DE REGADIO	30.761
	Plataforma de Suporte à Rede dos Jovens Empresários Rurais	AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	90.981
	PORTALRURAL - Promoção e Divulgação da Informação no Mundo Rural	NERPOR - NUCLEO EMPRESARIAL REGIAO PORTALEGRE	65.601
	Promoção da Agricultura como Sector Fundamental para um Desenvolvimento Sustentável na Região de LVT	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JOVENS AGRICULTORES E DO DESENVOLVIMENTO RURAL	204.782
	Rede de Informação no Meio Rural	AGRESTA - ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO MINHO	10.501
	Semente na Terra	ASSOCIAÇÃO DISTRITAL DOS AGRICULTORES DE CASTELO BRANCO	18.085
Uma Sensibilização Positiva da Sociedade	CAP - CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	391.361	
		<b>12</b>	<b>1.449.072</b>

AI	Designação da operação	Beneficiário	Despesa pública aprovada
	Apoio ao Funcionamento da Estrutura da Rede Rural - 2009	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DE LISBOA E VALE DO TEJO	43.502
	Apoio ao Funcionamento da Estrutura da Rede Rural - 2010	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DE LISBOA E VALE DO TEJO	13.751
	Apoio ao Funcionamento da Estrutura da Rede Rural - 2011	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DE LISBOA E VALE DO TEJO	50.950
	Apoio ao Funcionamento da Estrutura da Rede Rural Nacional da área da DRAP Centro para o ano de 2009	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO	20.697
	Apoio ao Funcionamento da Estrutura da Rede Rural Nacional da área da DRAP Centro para o ano de 2010	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO	14.228
	Apoio ao Funcionamento da Estrutura da Rede Rural Nacional da área da DRAP Centro para o ano de 2011	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO	33.405
	Apoio ao Funcionamento do Programa da Rede Rural Nacional da área da DRAP Algarve para o ano de 2011	DIRECÇÃO REGIONAL AGRICULTURA E PESCAS DO ALGARVE	49.697
	Apoio ao Funcionamento do PRN da área da DRAP Algarve para o ano de 2009	DIRECÇÃO REGIONAL AGRICULTURA E PESCAS DO ALGARVE	12.091
	Apoio ao Funcionamento do PRN da área da DRAP Algarve para o ano de 2010	DIRECÇÃO REGIONAL AGRICULTURA E PESCAS DO ALGARVE	17.573
	Coordenação e Animação da Rede Rural Nacional	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	457.254
	Coordenação e Animação da Rede Rural Nacional - 2011	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	573.044
	Criação e Funcionamento da Estrutura de Gestão de Apoio ao Gestor e Divulgação do PRN para 2010	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	146.105
	Criação, Coordenação e Animação da Rede Rural Nacional - Ano 2010	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	125.280
	Despesas de Funcionamento da Rede Rural - Ano 2010	SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	9.294
	Despesas Funcionamento Rede Rural - Ano 2009	SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	5.910
	Despesas Funcionamento Rede Rural - Ano 2011	SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	40.973
5	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) no ano 2009	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	11.228
	Financiamento no âmbito do PRN para a DRAP Norte no ano de 2010	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	19.234
	Financiamento no âmbito do PRN para a DRAP Norte no ano de 2011	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	34.835
	Funcionamento da Estrutura de Gestão de Apoio ao Gestor e Divulgação do PRN no ano de 2011	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	565.968
	Funcionamento da Estrutura de Gestão de Apoio ao Gestor e Divulgação do PRN no ano de 2012	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	355.635
	Funcionamento da Rede Rural 2008	GPP - GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS	54.660
	Funcionamento da Rede Rural 2009	GPP - GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS	141.067
	Funcionamento da Rede Rural 2010	GPP - GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS	60.523
	Funcionamento da Rede Rural na área da DRAP Alentejo para o ano 2009	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO	18.072
	Funcionamento da Rede Rural na área da DRAP Alentejo para o ano de 2011	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO	38.904
	Funcionamento da Rede Rural na área da DRAPALE para 2010	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO	31.118
	Funcionamento do Ponto Focal da RRN na Região Autónoma dos Açores	DIRECÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA AGRICULTURA	14.115
	Funcionamento do Ponto Focal da RRN na Região Autónoma dos Açores para o ano de 2011	DIRECÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA AGRICULTURA	25.001
	Implementação do Sistema de Informação de Suporte às Candidaturas e Ped. Pag. da Rede Rural Nacional	INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS, IP	182.400
		30	3.166.514

Un.: euros